

FACULDADE DE ARQUITECTURA

UNIVERSIDADE DE LISBOA

CULTURA DO LUGAR

O CASO DA CASA GRANDE DO ALÉM PONTE

JOÃO LOUSADA SOARES

DISSERTAÇÃO / PROJECTO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA

ORIENTADOR: ARQUITECTO FERNANDO BAGULHO

CO-ORIENTADOR: DOUTOR ARQUITECTO JOSÉ AGUIAR

FA – UL : JANEIRO 2014

AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai.

Aos meus orientadores, pela paciência, sabedoria e humor.

À Vera, pela estóica compreensão.

À minha Mãe, pelo constante fluxo de petiscos e conselhos.

Aos meus amigos, pela não insistência em mais um copo.

À Catarina e ao André, sem os quais o fecho deste trabalho teria sido desastroso.

Ao Eng.º J. Abreu Lima e à Arqt.ª R. Sousa Coutinho, pela disponibilidade e simpatia.

Aos Tios Luiz e Ana Maria Barata da Rocha, pela ajuda preciosa na busca de fontes antigas.

João Lousada Soares, Lisboa, Janeiro de 2014.

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: CULTURA DO LUGAR – MATERIAIS LOCAIS E TÉCNICAS TRADICIONAIS DE CONSTRUÇÃO NA REABILITAÇÃO DE VALORES PATRIMONIAIS

NOME DO ALUNO: JOÃO LOUSADA SOARES

ORIENTADOR: ARQUITECTO FERNANDO BAGULHO

CO-ORIENTADOR: DOUTOR ARQUITECTO JOSÉ AGUIAR

MESTRADO: MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA

DATA: JANEIRO DE 2014

RESUMO

O presente trabalho aborda a Casa Grande do Além Ponte, em Ponte de Lima, no contexto do seu enquadramento urbano, territorial e histórico. Tenta-se caracterizar o lugar em que se insere, à luz de uma investigação sobre a sedimentação da sua história edificada, cuja sobreposição de estratos o configura no presente.

Do enquadramento e caracterização do lugar extraem-se a importância da ponte romana, nas suas sucessivas encarnações, das reverberações das ideologias urbanas de cada época no tecido da vila e do encontro entre o rural e o urbano. São então identificadas as virtudes e carências do lugar, ao nível da morfologia urbana e das funções programáticas que cumpre no conjunto da vila.

É então feito um diagnóstico da Casa Grande, contemplando os seus valores patrimoniais a vários níveis. Da sua função urbana e simbólica, no contexto do largo que confronta e da relação com a ponte e o tecido rural, ao seu valor como objecto, na óptica dos seus valores plásticos e arquitectónicos. Esta apreciação é feita segundo um levantamento fotográfico e desenhado, compondo uma biografia do objecto ao longo das suas metamorfoses.

Por fim, apoiada nas conclusões e hipóteses formuladas, é proposta uma intervenção sobre o conjunto da casa e do tecido urbano que a envolve. Tenta-se recuperar, por um lado, alguns valores erodidos pelo passar dos séculos, propondo, por outro lado, um novo enquadramento programático que a sua preservação assegure, através de um pólo de formação, um centro cultural e um equipamento hoteleiro.

PALAVRAS CHAVE

PATRIMÓNIO I LUGAR I REABILITAÇÃO I URBANO I RURAL

DISSERTATION TITLE: CULTURA DO LUGAR – MATERIAIS LOCAIS E TÉCNICAS TRADICIONAIS DE CONSTRUÇÃO NA REABILITAÇÃO DE VALORES PATRIMONIAIS

STUDENT NAME: JOÃO LOUSADA SOARES

COUNSELOR: ARCHITECT FERNANDO BAGULHO

CO-COUNSELOR: DOCTOR ARCHITECT JOSÉ AGUIAR

MASTERS: MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA

DATE: JANUARY 2014

ABSTRACT

The present work concerns itself with the Casa Grande do Além Ponte, in Ponte de Lima, in its historical, territorial and urban contexts. It tries to characterize the site of which the object is part of, in light of an investigation of its built history, whose present configuration derives from this superimposition of strata.

From the characterization and contextual framing of the site, one extracts the importance of the roman bridge, in its successive incarnations, of the reverberations of each epoch's urban ideologies in the village's fabric, as well as the meeting of that which is rural and that which is urban. Thus are identified the virtues and needs of the site, ranging from its urban morphology to the part it plays in the functional setting of the village as a whole.

A diagnosis is then conducted upon Casa Grande, taking into account its patrimonial values on several levels. From its urban and symbolic function, in the context of the square it confronts and the relation it establishes with the bridge and the rural fabric, to its value as an object, in sight of its plastic and architectural values. This appreciation is done through a photographic and drawn survey, composing the object's biography throughout its metamorphoses.

At last, sustained by the formulated conclusions and hypothesis, an intervention on the house and its enveloping urban fabric is proposed. On the one hand, it tries to salvage some of the valuable properties which have been eroded in the course of the centuries, on the other hand, it proposes a new functional framing that, through an educational facility, a cultural center and a hostel, would guarantee its preservation.

KEYWORDS

HERITAGE | SITE | REHABILITATION | URBAN | RURAL

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1(pag. 5) Traçado das vias romanas no Noroeste da Península. Marcado o itinerário Aeminium – Bracara Augusta – Limia – Lucus Augusta. Adaptado pelo autor. Fonte: viasromanas.zxq.net

Fig. 2(pag. 10) Reconstrução da mancha urbana medieval, a partir de gravuras da época. Traçado das muralhas a partir do Roteiro da Ribeira Lima (AURORA, 1929). Esquema do autor.

Fig. 3(pag. 12) Reconstituição imaginária de Ponte de Lima medieval. Note-se os edifícios encostados ao exterior da muralha, ao centro, antigas instalações de apoio ao embarcadouro, acima referido. Desenho de Justino Valente, 1780. Fonte: DGPU; 1984.

Fig. 4(pag. 14) Vista sobre a ponte e a margem direita. Fotografia de Antero de Seabra. 1862. Fonte: arquitecturaepontedelima.blogspot.pt

Fig. 5(pag. 14) Pormenor da fotografia acima. De notar a desembocadura da ponte na margem esquerda, feita directamente por entre o casario, antes da abertura do Largo de Camões, descrita acima. Note-se a ausência da Torre dos Grilos, já demolida, no remate da ponte.

Fig. 6(pag.16) A mancha urbana de Ponte de Lima, a partir da Carta Topográfica de 1927. Esquema do autor.

Fig. 7(pag. 16) A mancha urbana actual de Ponte de Lima. Esquema adaptado pelo autor.

Fig. 8(pag. 17) Configuração do Largo da Feira até 1930, desde meados do século XIX. Esquema do autor com base em fotografias do Arquivo Municipal de Ponte de Lima.

Fig. 9(pag. 17) Configuração do Largo da Feira depois de 1930. Esquema do autor, com base na carta topográfica de 1927.

Fig. 10(pag. 18) Ligação do paredão com o Largo da Feira, que se encontra à cota do areal. Fotografia anterior a 1930. Fonte: Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Fig. 11(pag. 18) Aumento do paredão e perda da ligação com o areal. Fotografia dos anos 80 do século XX. Fonte Arquivo Municipal de Ponte de Lima.

Fig. 12(pag. 22) Vão. Fotografia do autor. 2013

Fig. 13(pag. 25) Configuração proposta do núcleo urbano do Arrabalde de Além Ponte em meados do século XIX, antes da abertura do largo. Esquema do autor, com base em conversa com J. G. Abreu Lima, em Maio de 2013.

Fig. 14(pag. 25) Configuração do Largo da Alegria na década de 1920, até às obras de 1927. Esquema do autor com base em planta da época.

Fig. 15(pag. 25) Configuração actual do Largo Alexandre Herculano. Esquema do autor, com base em planta cadastral.

Fig. 16(pag. 27) “Ponte de Lima em dia de Feira”, Fotografia de Antero de Seabra, século XIX. De notar o carácter eminentemente rural do Arrabalde do Além Ponte, Fonte: modus-optimus.blogspot.pt

Fig. 17(pag. 27) “Aspecto da ponte e do Arrabalde em 1780: fac símile de uma gravura da epocha”, João de Almeida, 1887. Fonte: OLIVEIRA, Eduardo. 1985, Imagens do Minho Oitocentista, Braga.

Fig. 18(pag. 29) Esquema das mudanças na configuração da Casa. Esquema do autor.

Fig. 19(pag 31) Vista sobre a fachada Sul da Casa, em 1860. Fonte: Arquivo da Casa do Outeiro

Fig. 20(pag. 31) Vista sobre a fachada principal da Casa, em 1860. Fonte: Arquivo da Casa do Outeiro

Fig. 21(pag. 34) Vista sobre a ponte romana e a Vila. Fotografia tirada a partir do mirante da Casa. De notar a presença de parte da estrutura da Torre Velha, em processo de demolição, junto à Igreja de Santo António, ao centro. 1858. Fonte: Arquivo da Casa do Outeiro.

Fig. 22(pag. 36) A fraca qualidade construtiva do volume da sala de jantar, face ao resto do conjunto. De notar a ausência de embasamento, molduras de vãos e friso de beirado, assim como a excessiva proximidade ao carvalho. Fotografia do autor

Fig. 23(pag. 38) Exemplo de sistemas construtivos no piso térreo. Cantarias de granito nas molduras dos vãos, alvenaria de granito aparelhada a pico grosso na parede à direita e alvenaria ordinária de granito e cerâmicos à esquerda. Vigamentos antigos em castanho, com acrescento de vigas em eucalipto, sem forro. Fotografia do autor.

Fig. 24(pag. 40) Vista das salas sul do primeiro piso. Fotografia do autor. 2013

Fig. 25(pag. 40) Vista da abóbada sobre o patim da escadaria. Fotografia do autor. 2013

Fig. 26(pag. 42) O absurdo. O contraste entre o carácter quase primordial do espaço, conferido pela sua tectónica e proporção, e a banalidade da sua função actual, que o destituiu de parte do seu valor. De notar o “tampão” de argamassa no primeiro lintel (canto superior direito), no vazio deixado por um tubo de ventilação de esgotos. Um novo tubo perfura agora outro lintel, já parcialmente destruído. Fotografia do autor.

Fig. 27(pag. 44) Tecto da sala sul do piso nobre. Fotografia do autor.

Fig. 28(pag. 44) Vista sobre o vão parcialmente destruído da chaminé, no corpo da cozinha. Fotografia do autor.

Fig. 29(pag. 46) Esquissos de trabalho.

Fig. 30(pag. 48) Esquema das linhas visuais do largo e da proposta alteração de enquadramento. Esquema do autor

Fig. 31(pag. 48) Fotomontagem do volume proposto. Novembro de 2013, fotografia do autor.

Fig. 32(pag. 50) Diagrama de espaço público, segundo a configuração actual do largo. Esquema do autor.

Fig. 33(pag. 50) Diagrama de espaço público proposto. Esquema do autor.

Fig. 34(pag. 52) O carácter actual da Rua Conde da Barca, entre muros. Fotografia do autor.

Fig. 35(pag. 52) Fotomontagem, que, apesar de não reflectir o estado actual do projecto, ilustra o efeito descrito acima. Novembro de 2013.

Fig. 36(pag. 54) Estudos de apropriação dos espaços da Casa.

Fig. 37(pag. 56) Buenos Aires - Club Cultural Matienzo. A intervenção no espaço dedicado a concertos, limitada à infra-estruturação necessária e a intervenções artísticas nas paredes. Fonte: ccmatienzo.com.ar .

Fig. 38(pag. 56) Buenos Aires - Club Cultural Matienzo. A apropriação do espaço acima ilustrado. Autor desconhecido.

Fig. 39(pag. 58) Estudos para a concepção do mirante.

Fig. 40(pag. 60) Estudos sobre a materialização da proposta, segundo reinterpretação de lógicas tradicionais. Os três níveis propostos.

Fig. 41(pag. 62) Estudos sobre a composição do volume do hostel e a configuração espacial dos quartos.

Fig. 42(pag. 64) Estudos acerca da materialidade da proposta.

Fig. 43(pag. 66) Estudos sobre a ligação do percurso da torre com o jardim.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA CULTURA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO ALTO MINHO	3
2.1. Antiguidade	4
2.2. Idade Média.....	6
2.3. Idade Moderna	8
3. O TECIDO URBANO DE PONTE DE LIMA	11
3.1. A evolução histórica da morfologia urbana	11
3.1.1. Idade média	11
3.1.2. Os séculos XVIII e XIX e a demolição das muralhas	13
3.1.3. A carta de 1927	15
3.1.4. De 1975 até hoje	19
3.2. Planos e estratégias	20
3.3. Dos planos às opções programáticas da proposta	21
4. O LUGAR E A SUA ARQUITECTURA	23
4.1. A Ponte como estrutura do território	23
4.2. Os diferentes estratos e configurações do Largo	24
4.3. A transição entre rural e urbano.....	26
4.4. A Casa Grande do Além Ponte.....	28
4.4.1. Século XVIII.....	28
4.4.2. Século XIX.....	32

4.4.3.	Actualidade	35
4.5.	Os critérios de intervenção na Casa.....	39
5.	A PROPOSTA.....	45
5.1.	A função urbana	47
5.1.1.	O redesenho do largo	47
5.1.2.	A permeabilidade na definição das dinâmicas urbanas	49
5.1.3.	O novo espaço público e a charneira entre rural e urbano	51
5.2.	A Casa	53
5.2.1.	Os novos usos na estrutura espacial da Casa	53
5.2.2.	O centro cultural.....	55
5.2.3.	O mirante e o hostel	57
5.3.	A construção nova.....	59
5.3.1.	A reinterpretação das lógicas tradicionais.....	59
5.3.2.	O hostel	61
5.3.3.	O pólo de formação	63
5.3.4.	A torre	65
6.	CONCLUSÃO	67
7.	BIBLIOGRAFIA.....	69

1. INTRODUÇÃO

Perante o encontro da contemporaneidade, imparável onda de inovações e ligações, medida em milissegundos, com a diversidade cultural que conhecemos no território português, mensurável ainda em décadas, por vezes séculos, considera-se imprescindível a reabilitação dos objectos que dessa cultura são marca.

Estes objectos, mais do que resultados do seu contexto, ao fazer parte de um lugar, tornam-se, eles próprios, contexto de novos factos. A compreensão do lugar desses objectos, dos seus estratos, das circunstâncias que o fizeram tal como o vemos e percebemos, torna-se condição essencial a qualquer intervenção que neste se proponha.

Da intenção de extravasar o território de Lisboa, já amplamente estudado no decorrer do percurso académico na Faculdade, nasce a ideia de trabalhar sobre uma região e um contexto distintos. Perante uma motivação de ordem pessoal, que se prende tanto com raízes familiares como com um grande interesse pela cultura arquitectónica e urbana da região, foi escolhida como área de estudo o Alto Minho, com particular incidência na zona de Ponte de Lima.

A escolha de Ponte de Lima como contexto sobre o qual intervir assentou na constatação da densidade histórica com que se reveste o seu tecido urbano, do conflito quase omnipresente entre o velho e o novo, urbano e rural. Ao mesmo tempo, perpetuam-se ainda nesta zona alguns dos saberes e ofícios tradicionais que caracterizam a cultura local, dos curtumes à gastronomia, passando pela Feira de origem medieval. Para mais, a quantidade de objectos arquitectónicos de grande qualidade cujas condições de conservação estão abaixo dos limites de habitabilidade é considerável, justificando uma intervenção que potencie a sua reabilitação.

Neste sentido, e tomando consciência da necessidade da valorização das características diferenciadoras dos tecidos urbanos, por oposição à expansão urbana indiferenciada, sobretudo no actual clima económico e social, é proposta a reabilitação de um objecto, transformando-o num polo potenciador de outras reabilitações. Para tal propõe-se como programa uma plataforma técnica e pedagógica, com uma componente de divulgação, sobre a qual se possa assegurar a perpetuação dos saberes e ofícios tradicionais, como característica intrínseca da cultura do lugar.

Foi escolhido como objecto deste trabalho a Casa Grande do Além Ponte, um edifício do século XVIII, não só devido ao seu valor urbano e patrimonial, mas também pelo estado de ruína que o caracteriza actualmente. Implantada no Arrabalde de Além Ponte, caracterizado desde inícios da idade média como “a outra margem”, a ligação da Casa, e do tecido em que se insere, com o rio o antigo burgo, é da maior importância para sua compreensão.

A presença da ponte romana e medieval como elemento urbano reveste-se de especial significado quando tratamos do lugar em questão, cuja existência e configuração desde sempre com esta estiveram interligados.

Pretende-se então um estudo aprofundado da região, como enquadramento ao lugar de intervenção, aferindo os seus estratos históricos e a sua importância na configuração hoje toma. Esta análise deverá integrar não só os aspectos territoriais de grande escala, mas também o objecto em si, delineando dele uma biografia evolutiva que constituirá a base da intervenção de projecto.

Na escala do objecto pretende-se ainda uma compreensão das suas lógicas constitutivas e construtivas, assim como do seu funcionamento e articulações espaciais e urbanas, com o objectivo de fundamentar as opções de projecto, nomeadamente no que toca à intersecção entre o velho e o novo. Das relações extraídas tanto desta análise como do trabalho de projecto posterior, pretende-se que formem a base de uma maior aptidão para lidar com o vasto património arquitectónico que à cultura Portuguesa é intrínseco.

Com base nestes objectivos é proposta uma metodologia de aproximação ao lugar a partir de uma análise a diversas escalas, desde o contexto territorial à escala humana, descodificando os diversos processos de metamorfose que transformaram o território, e a arquitectura do lugar em concreto, até ao ponto em que os encontramos hoje.

Esta análise centra-se numa perspectiva histórica, baseada em cartografia, documentação e relatos referentes ao que é conhecido acerca do lugar. Aborda-se a estrutura do território, desde a ocupação romana até aos dias de hoje, estabelecendo-se um paralelo com a influência que esta teve na sedimentação do lugar no qual se propõe intervir.

Do estudo do território é feita uma aproximação ao núcleo urbano de Ponte de Lima, seguindo uma metodologia análoga, exemplificando concretamente o efeito das alterações territoriais no tecido urbano da vila.

Partindo da contextualização urbana, aborda-se o lugar em si, os seus problemas e qualidades, as questões do urbano e do rural, o choque de tecidos, e finalmente, a Casa. Esta é tratada segundo a sua estratificação, seguindo a sua metamorfose, desde os inícios do século XVIII até aos dias de hoje, discernindo os seus valores intrínsecos e deles extraindo premissas para a intervenção proposta.

Chegando à menor escala neste trabalho tratada, é feita uma avaliação dos valores patrimoniais subjacentes ao objecto em si, identificando as suas qualidades espaciais, tectónicas e plásticas. Estas, revelando-se inferiores à expectativa que o contexto urbano e histórico criara, sustentaram a decisão de travar o processo de perda de identidade constitutiva que a Casa tem vindo a sofrer. Para tal, tomou-se como critério a preservação dos valores espaciais e tipológicos, não só através da remoção dos elementos cuja presença os prejudica, mas também através da reposição ou restauro pontual de elementos degradados.

Por fim, propõe-se uma intervenção que se assume como mais um estrato na configuração do lugar. Esta, assente sobre as análises feitas, indica uma solução possível para a reutilização da Casa Grande, no contexto urbano da qual é inseparável. Ao mesmo tempo, pretende resolver alguns dos problemas que se identificam no seu enquadramento, redesenhando o tecido e as dinâmicas urbanas do lugar.

O programa proposto, em articulação com as características urbanas e arquitectónicas do projecto, pretende, em última instância, a perpetuação da cultura local, através da preservação, prática e divulgação dos saberes e ofícios tradicionais, tendo como sustentáculo a re-habitação, heterogénea, da Casa Grande do Além Ponte.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA CULTURA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO ALTO MINHO

A região tratada neste capítulo corresponde grosseiramente ao distrito de Viana do Castelo, ainda que se designe mais comumente como Alto Minho. Os seus limites correspondem ao rio Neiva, a Sul, ao rio Minho, a Norte, ao Atlântico a Oeste e à fronteira com Espanha a Este.

Caracterizada por uma planície litoral mais estreita que a média do país, a região apresenta uma elevada densidade de serras, que se estendem até cerca de dez quilómetros da costa. Apesar deste facto, apenas no interior, nas serras do Soajo, Laboreiro e Peneda, se atingem altitudes a cota superior a 1200 metros, sendo que as formações mais próximas do litoral não excedem, por regra, os 700 metros.

A região é drenada por duas grandes bacias hidrográficas, a do Minho e a do Lima, apesar da abundância de cursos de água menores. O rio Lima apresenta um perfil quase plano, mantendo-se o seu curso abaixo dos cinquenta metros de altitude quase até à fronteira com Espanha.

Geologicamente, o Alto Minho situa-se sobre a Zona Centro-Ibérica do Maciço Antigo, cuja actividade orogénica, associada a deformações, metamorfismo e magmatismo, originou os diferentes tipos de granito, xistos e grauvaques que caracterizam a região.

Apesar das variações dos aspectos climáticos na região, a zona de Ponte de Lima, de maior interesse para o presente trabalho, apresenta-se caracterizada por um Verão quente – com uma temperatura média de máxima na ordem dos 30º C – e por um Inverno fresco – média de mínima por volta de 3º C. ¹Ponte de Lima situa-se ainda numa zona de pluviosidade abundante, com cerca de 140 dias anuais com precipitação acima dos 0,1 milímetros. Importa ainda referir a ocorrência generalizada de nevoeiros de irradiação, sobretudo entre o Outono e a Primavera.

¹ FERREIRA DE ALMEIDA, C. Alberto; 1987 *Alto Minho*; Editorial Presença.

2.1. Antiguidade

A presença humana nesta região remonta aos primórdios da revolução agrícola, verificando-se uma grande disseminação da cultura dolménica, com vários exemplos bem preservados ainda hoje, como os dólmens de Vila Praia de Âncora. Durante a Idade do Bronze assistimos a uma expansão da ocupação, com uma maior densidade, provavelmente associada à prospecção de ouro e estanho, abundantes neste território. Não obstante, a região minhota foi, sobretudo, caracterizada pela grande proliferação de culturas castrejas.²

Posteriormente, parcialmente absorvidos e contaminados pela cultura romana, vemos uma mudança de carácter nos castros, passando a dar-se mais importância à produção agrícola, resultado tanto de mudanças tecnológicas e sociais – tais como a proliferação do pão como fonte de alimento –, como da política fiscal de Roma para rentabilizar a região.

Esta política, na época Júlio-Cláudia, favorecia a atribuição de terras a pequenos grupos de agricultores, facto que potenciava uma ocupação concentrada em núcleos familiares ou vicinais, tipologias sociais adaptadas ao tecido urbano dos castros. Já na época Flávia, as mudanças de política fiscal no Império, focadas no arrendamento das terras a indivíduos, criando as villas e aedificia, não comportavam este tipo de tecido, favorecendo uma dispersão do povoamento e levando à diluição da cultura castreja, que se torna residual pelo séc. II.³

Os sistemas de comunicações, estradas e pontes, que se estendem pela região, pontualmente ainda visíveis, são talvez a mais importante marca física da presença romana na cultura portuguesa, já que quase sempre serviram de base para as infraestruturas criadas posteriormente. Essenciais, na sua origem, ao funcionamento dos correios e dos movimentos militares, estas obras de engenharia transcendem a sua função original.

No Minho, a mais importante via romana no sentido Norte-Sul, - ligando Braga a Ponte de Lima e Lugo -, definiu durante séculos os fluxos económicos e culturais, permitindo tanto o desenvolvimento dos polos urbanos que justificaram a sua construção, como o aparecimento de novos núcleos ao longo do seu curso.⁴ Desta época data o troço original da ponte de Ponte de Lima, que lhe deu o nome, ainda hoje utilizada, depois de várias campanhas de obras.

² Os castros, núcleos densos de construções em pedra rodeados quase sempre por muros e aterros, eram compostos por edifícios quadrangulares ou arredondados dispostos de forma a facilitar a sua defesa contra invasores. O carácter defensivo destas povoações reflecte a resistência que ofereciam ao processo de romanização, antes da pacificação da região, em meados do séc. I d.C.

³ FERREIRA DE ALMEIDA, C. Alberto; 1987 *Alto Minho*; Editorial Presença.

⁴ ALARCÃO, Jorge; 1987; *Portugal Romano*; Editorial Verbo.

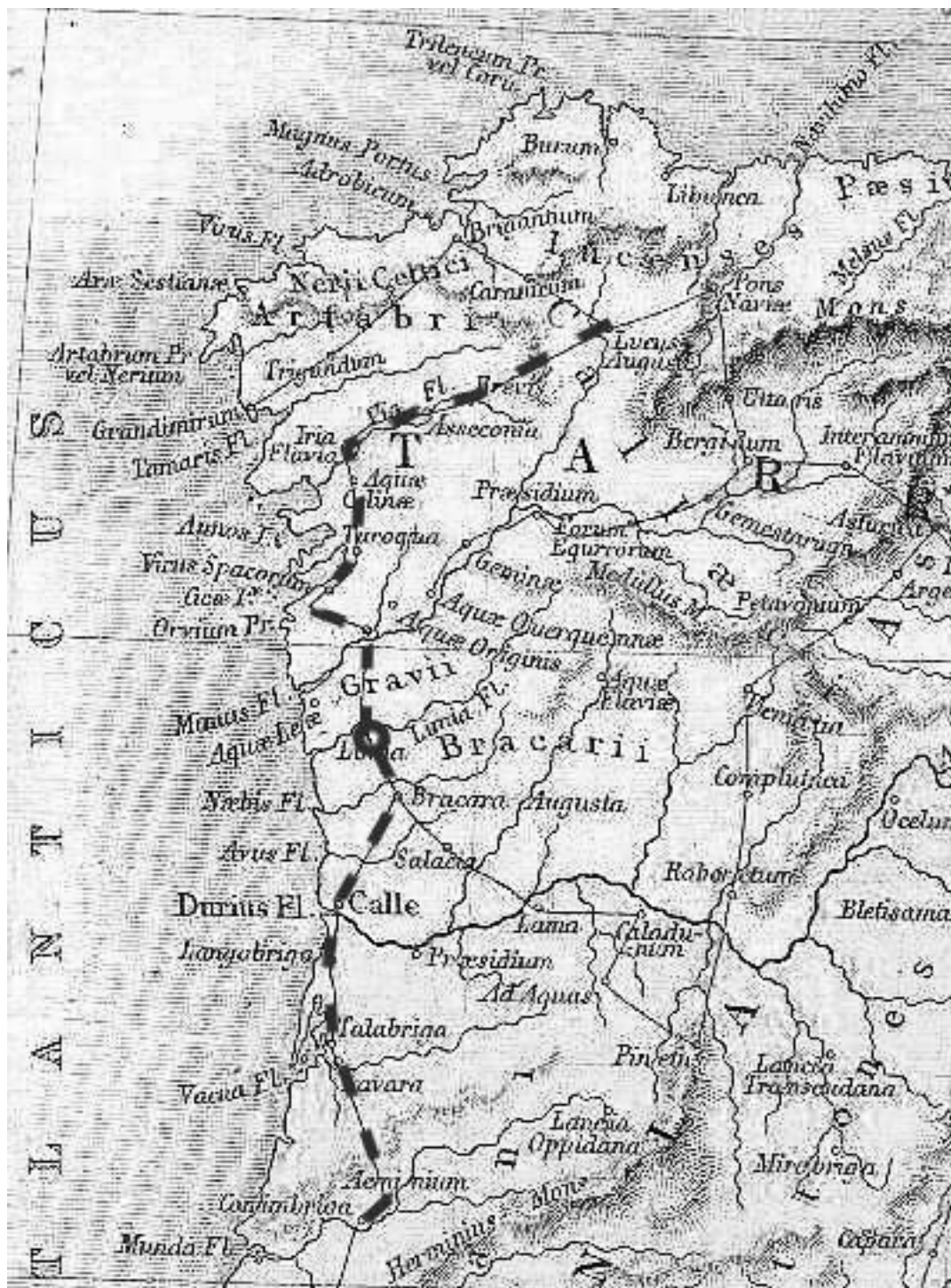


Fig. 1 Traçado das vias romanas no Noroeste da Península. Marcado o itinerário Aeminium – Bracara Augusta – Limia – Lucus Augustus. Adaptado pelo autor. Fonte: viasromanas.zxq.net

A partir do século primeiro, a dispersão da ocupação do solo, influenciada pelo regime fiscal acima enunciado, levou ao aparecimento de serviços como termas e banhos ao longo das estradas, o que por sua vez leva à criação de mais núcleos urbanos, ligando as manchas agrícolas entre si. Neste contexto, a sociedade galaico-romana floresce, operando em unidades de produção, *fundi*, até ao ano de 409 d.C., quando se dá a invasão sueva.

Eventualmente, os suevos são parcialmente absorvidos na sociedade, sendo-lhes atribuídas responsabilidades policiais e militares, até que, por meados do século V, se tornam senhores do Noroeste Português, devido à diluição do poder imperial, já em acentuado declínio na península. Ao contrário do resto da península, dominada sobretudo pelos Visigodos, a região minhota permanece largamente sob domínio suevo até à ocupação árabe.

2.2. Idade Média

“De entre todos estes cataclismos se distingue o de 997, anno em que o cruelissimo Al-Mançor, califa de Córdova, invadiu esta região[...] Al-Mançor repetiu as scenas de atrocidade, que pouco antes d'elle, e no reinado de Ramiro III, tinham feito os normandos.”

Augusto Pinho Leal, 1876⁵

A breve ocupação árabe da região teve efeitos devastadores na identidade local, através de processos de desertificação, causados pela emigração dos habitantes, receosos dos conflitos. Desaparecem muitos povoados, despojados de habitantes, assim como muita da própria toponímia, erodindo grande parte da memória colectiva da região.

No século IX, a solidificação da reconquista cristã do Alto Minho, sob o comando de Afonso III das Astúrias, vem reorganizar as povoações dispersas em *civitates* ou *territoria* romano-góticas, repovoando a região com colonos maioritariamente originários de Leão, das Astúrias e da Galiza.

Por meados do século XI, o aumento da segurança da região, relacionado com a reconquista de Portucale e Coimbra e com a disseminação de castelos primitivos entre os povoamentos, traz um aumento e densificação da população, ainda que se mantenha o carácter disperso de ocupação. Ao mesmo tempo, inovações como o arado, a implementação de caminhos e de sistemas de rega vão estruturando o território, mudando a paisagem à medida que a mancha agrícola se expande. Vemos uma grande incidência de implantações de povoamentos a meia encosta, entre os campos drenados, agora cultiváveis, e os bosques de carvalhos e castanhos. É por esta altura que o sistema feudal se implanta definitivamente na região, tornando-se um elemento essencial da identidade proto nacional que se formava.

Em 1125 d.C. D. Teresa concede foral a Ponte de Lima, por ser um ponto fulcral na comunicação Norte-Sul, o que pressupõe já um certo desenvolvimento do tecido urbano, incrementado ainda por uma repovoação. Este processo virá a ser enfatizado pelo crescimento económico e demográfico dos séculos XII e XIII, referido abaixo, tornando Ponte de Lima o núcleo urbano mais desenvolvido das margens do Lima até finais do século XIV.

⁵ PINHO LEAL, Augusto; 1876; *Portugal Antigo e Moderno*; Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia; Lisboa. Pp.180

Entre os séculos XII e XIII formam-se as paróquias, associações vicinais de senhorios e camponeses sob a protecção de uma igreja, tornando-se esta um símbolo de repovoamento, associado à justificação simbólica da ocupação - cristã - das terras, numa “*comunidade de vivos de mortos sob a égide de um campanário*”⁶

Esta expansão do número de igrejas e pequenas paróquias veio ser travada pela Reforma Gregoriana, que, pela maior exigência dos princípios que impunha, levou gradualmente à unificação das paróquias em freguesias, criando núcleos religiosos que se podem vislumbrar na divisão administrativa ainda hoje.

Não obstante, o grande volume de construções românicas erigidas até este período levou ao aprimoramento e aumento das redes viárias (por necessidade de transporte de materiais e mão de obra), que, por sua vez, serviram de suporte e fomento ao desenvolvimento económico posterior da região.

Como já foi acima referido, desde o século XII que o crescimento minhoto foi assegurado pela presença de castelos, mais ou menos avançados, que, mais do que assegurar a protecção dos habitantes em tempos de guerra, marcam a paisagem e desenharam os espaços urbanos. Desde os primitivos afloramentos rochosos naturais aos quais eram acrescentados muros e aterros, às sofisticadas fortalezas do século XIV – feitas para resistir aos novos engenhos de cerco – compostas por torres de menagem e muralhas ameadas, os castelos serviram de molde para o que seria a fortificação de um grande número de localidades por todo o Reino.

Em meados do século XIV intensifica-se ainda a construção de pontes na região, sendo delas exemplo paradigmático a ponte de Ponte de Lima, com os seus dezoito arcos quebrados, três dos quais hoje se encontram enterrados sob a margem Sul.

⁶ FERREIRA DE ALMEIDA, C. Alberto; 1987 *Alto Minho*; Editorial Presença. Pp.28

2.3. Idade Moderna

Entre os séculos XV e XVIII, resultado dos Descobrimentos e consequente expansão do Reino, que vem modificar as prioridades administrativas e económicas por completo, o Minho perde alguma importância política, sendo denominado apenas como Além-Douro. No entanto, mantém a importância económica e cultural, não só mas maioritariamente devido ao seu papel fulcral na infra-estruturação da expansão marítima.

É no Minho que se estabelecem alguns dos principais portos e estaleiros da época, como são os casos de Viana do Castelo e Esposende, centros que conhecem então uma enorme e, na sua maioria, coesa expansão urbana. Para esta expansão contribuem ainda a consequente melhoria das pescas e do comércio, que, a par de inovações tecnológicas na agricultura, criam um grande surto económico na região.

Todavia, este crescimento leva rapidamente ao incremento das disparidades sociais, no seio das quais floresce uma certa aristocracia rural. Esta nobreza rural estabelece-se na região através de pesadas rendas, assentes na relativamente baixa oferta de campos cultivados existentes, face à procura que se fazia sentir na altura. As rivalidades entre linhagens explicam em parte o grande número de paços e solares, assim como o crescente primor com que são construídos.

Apesar das situações sociais que lhes deram origem, estas Casas tornam-se parte integrante da paisagem cultural, sendo por vezes os seus senhores responsáveis por consideráveis melhorias nas localidades vizinhas, que "apadrinham". ⁷

A partir de meados do século XVIII, mas sobretudo no século XIX, a emigração de um considerável número de minhotos para as colónias – sobretudo o Brasil – resultando muitas vezes no seu afortunado retorno, criou um fenómeno conhecido na região como a *Casa de Brasileiro*. Muito à semelhança do que se passa ainda hoje nas aldeias e vilas do país, onde o dinheiro ganho no estrangeiro muda, por vezes desastrosamente, a paisagem pela mão daqueles que à pátria retornam, os séculos XVIII e XIX viram no Minho uma transformação arquitectónica de índole semelhante.

⁷ Temos, por exemplo, o Conde d'Aurora, autor do *Roteiro da Ribeira Lima*.

Fosse pela edificação de palacetes românticos ou pela alteração e expansão de casas de família há muito abandonadas, como é o caso do objecto deste trabalho, a casa de Brasileiro tornou-se um ícone do Minho oitocentista e novecentista. Este fenómeno manteve-se todavia até aos anos trinta do século XX, como refere José Mattoso.

"O Noroeste chuvoso, fértil e sobrepovoado [...] predominava o minifúndio, com as explorações, de si exíguas, divididas em miríades de parcelas minúsculas e apresentando um povoamento rural disperso. Mesmo os poucos «fidalgos» e grandes proprietários subsistentes são absentistas e dão as terras de renda e parceria [...] fazem do Minho zona por excelência de emigração para o Brasil [...]"⁸

Durante o Estado Novo, a região foi palco de um desenvolvimento díspar entre os centros urbanos de maior escala, como Viana do Castelo, e as zonas rurais do interior. Em geral, o segundo quartel do século XX – sobretudo depois de 1974 – foi uma época de simultâneo êxodo rural e proliferação de construção. Por um lado muitas aldeias foram quase abandonadas, perdendo os seus habitantes para as cidades, por outro lado, o fenómeno descrito acima polvilhava a paisagem com construções dispersas e geralmente de fraca qualidade.

O êxodo rural teve também um impacte forte na estruturação do tecido urbano, sobretudo no caso de núcleos relativamente pequenos, onde a urbanização desenfreada que era necessária para acolher os novos residentes foi pouco controlada, levando à diluição dos limites e características do próprio tecido.

Um fenómeno transversal na ocupação do território da região – desde a ocupação romana até aos dias de hoje – é a concentração de construção ao longo das estradas e caminhos, formando muitas vezes uma frente urbana contínua, em contacto directo com terrenos agrícolas no seu tardo. Disto resulta a característica configuração estrelada das povoações, seguindo os cursos das vias de acesso aos centros. Por vezes este fenómeno é ainda responsável pela criação de novos núcleos, geralmente na intersecção de duas ou mais vias, cujas frentes de construção se intersectam, levando à aglomeração de serviços e consequente melhoria dos incentivos à fixação.

A paisagem urbana do Alto Minho hoje em dia é o culminar da sobreposição destes processos de ocupação do território. Opõem-se os tecidos históricos densos e coesos à expansão dispersa que os circunda; os campos cultivados aos edifícios de apartamentos que com eles fazem fronteira; as ruas estreitas e sinuosas às avenidas e rotundas; o rural ao urbano.

⁸ MATTOSO, José, et. Al. ; 1993; *História de Portugal, Sétimo Volume*; Editorial Estampa, Lisboa. pp 31.



Fig. 2 Reconstrução da mancha urbana medieval, a partir de gravuras da época. Traçado das muralhas a partir do Roteiro da Ribeira Lima (AURORA, 1929). Esquema do autor.

3. O TECIDO URBANO DE PONTE DE LIMA

3.1. A evolução histórica da morfologia urbana

3.1.1. Idade média

O tecido urbano limiano de origem medieval é um bom exemplo da qualidade espacial que este tipo de tecido orgânico pode atingir. Por entre casarios de três ou quatro pisos, ruas estreitas e sinuosas – por vezes com pouco mais de dois metros de largura – ligam um largo a outro, deixando destes entrever pouco ou nada, até que neles desembocam subitamente. Esta configuração, de alternância entre espaços muito comprimidos e espaços abertos, confere um ritmo muito particular ao percurso através da vila.

Por oposição, tanto os espaços abertos como as estranguladas vielas que os ligam entre si são claramente identificados e valorizados como tal, conferindo-lhes limites bem definidos. Patamares, escadas e desníveis mostram a aceitação da topografia como parte integrante da organização urbana. O tecido medieval encerra-se sobre si próprio ao mesmo tempo que desemboca no rio e permite uma visão desimpedida do curso pachorrento do Lima, cortado pelos talhamares da ponte.

Até 1125, - data da concessão de foral à vila por parte de D. Teresa – o aglomerado, mais rural que urbano, de Ponte de Lima foi sucessivamente destruído e reconstruído, resultado de um sem número de conflitos na região. O foral foi um elemento decisivo na história da localidade, sobretudo através da manutenção e melhoramento das condições da Feira, cuja influência no desenvolvimento económico e consequente fixação de população foi tremendo. Aliada à localização privilegiada da vila como nexó viário da região e à pujança da agricultura e indústrias tradicionais locais, a feira de Ponte de Lima tornou-se um motor no desenvolvimento urbano da vila.

A configuração da implantação medieval seguiu, presumivelmente, três geratrizes principais, sendo estas a topografia e o rio, o curso dos antigos caminhos romanos e a presença da ponte e das muralhas. O traçado urbano medieval ainda existente indicia todavia um desenvolvimento anterior à conclusão da ponte e da cerca, estendendo-se paralelo ao rio e ao antigo caminho, em direcção tanto ao litoral como a Braga.

A topografia e os caminhos romanos estão intrinsecamente ligados entre si – já que estes seguiam genericamente uma curva de nível –, configurando as construções adjacentes com uma implantação inclinada no sentido perpendicular à frente de rua. Isto permitia uma ocupação do piso térreo com o tardo enterrado, usado como cavalariças e arrecadações, assim como, no caso oposto, a utilização do piso térreo com duas fachadas, com uma cave ventilada, adega ou arrecadação semi-enterrada por baixo. Para além disso, o escalonamento das construções pela vertente permite uma melhor exposição solar, benéfica para a salubridade e habitabilidade dos espaços públicos.

Durante o reinado de D. Pedro, entre 1359 e 1370, erigiu-se a cerca da vila, composta por nove torres originais, seis portas e um perímetro considerável, integrando a ponte (Fig. 2). A muralha expande-se para Sul, de modo a circundar a relativamente grande área de tecido urbano já consolidado, e por necessidade de um ponto alto onde implantar a torre de menagem.

Durante a construção da cerca, nos dois extremos deste tecido – e no curso da via principal – foram edificadas duas portas, do Souto e de S. João, respectivamente. A cerca da vila veio enfatizar o desenvolvimento denso do tecido que continha, conferindo-lhe um limite. Os edifícios adossam-se à muralha, tanto no seu interior como no exterior, conferindo à cerca uma função de super estrutura que organiza o espaço de acordo com o seu próprio traçado (Fig. 3).

Por volta de 1370, a reconstrução da ponte com a sua configuração actual, rematada por duas torres nos seus extremos, hoje desaparecidas, vem dar importância ao pequeno arrabalde de Além Ponte, onde se situa o objecto deste trabalho. A praça de chegada da ponte na margem sul vê também a sua importância reforçada, não só por ser o ponto de entrada da vila para todos os viajantes oriundos de Norte, mas também pela sua localização próxima do terreno da Feira.

Simultaneamente, a malha urbana foi alterada, tendo sido abertas novas ruas e travessas – como por exemplo o traçado da actual Rua do Souto/Rua da Abadia – numa tentativa de melhorar o ambiente urbano e facilitar as ligações entre os novos pontos de entrada da vila.

Todos estes factores contribuíram para uma escassez de espaço para construção dentro das muralhas, que, aliada à crescente importância e atractividade da vila, foi um factor de criação de vários arrabaldes. Nestes, a expansão urbana continuou ao longo dos caminhos e estradas.

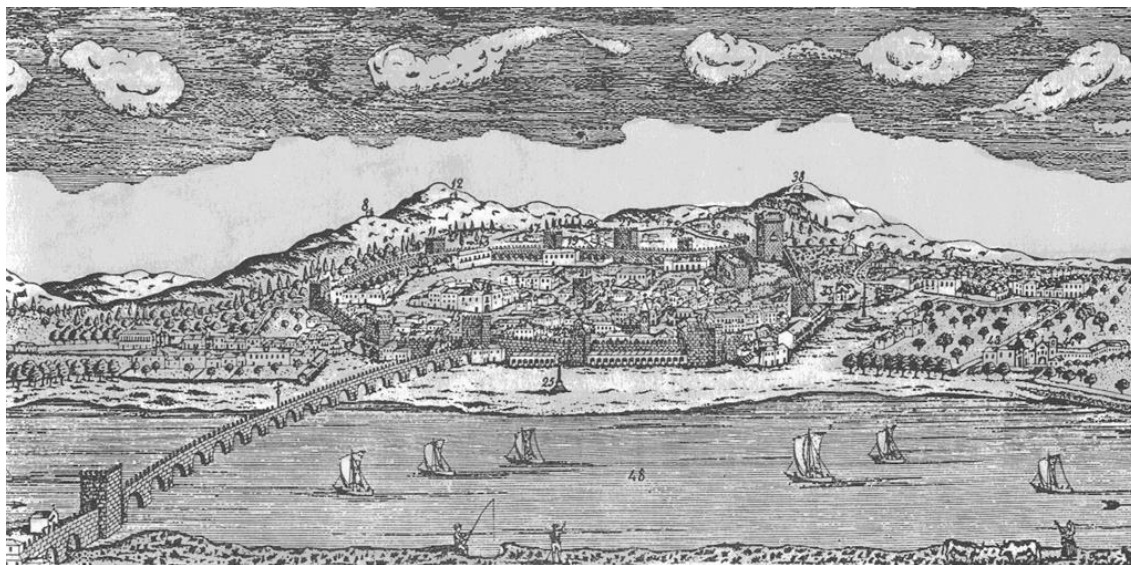


Fig. 3 Reconstituição imaginária de Ponte de Lima medieval. Note-se os edifícios encostados ao exterior da muralha, ao centro, antigas instalações de apoio ao embarcadouro, acima referido. Desenho de Justino Valente, 1780. Fonte: DGPU; 1984.

3.1.2. Os séculos XVIII e XIX e a demolição das muralhas

“No século XIX soprou um vento de loucura, ruíram-se as torres históricas da Vila. Mais uma vez, neste labutar milenário, Ponte de Lima se quedou expectativa, silente, pausando como na crista de uma onda que é o dobrar de um século.”

Conde d'Aurora, 1929⁹

Apesar das transformações operadas na vila durante os séculos XV e XVI – nomeadamente durante o reinado de D. Manuel I, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia, repavimentação e colocação de merlões na ponte e construção de vários edifícios de estilo manuelino, alguns dos quais ainda existentes – foi a partir do século XVIII que a configuração urbana sofreu grandes mudanças.

Com vista a uma melhor circulação na vila e seguindo os novos conceitos urbanísticos e sociais da época, a cerca foi demolida, dando lugar à abertura de espaços públicos e à sua alteração toponímica. Com esta operação é perdido o limite que havia sido a directriz de desenvolvimento urbano no centro da vila – para bem e para mal –, abrindo novas possibilidades para a expansão urbana.

A memória da cerca mantém-se porém no traçado urbano, assim como em troços pontuais poupados à destruição, como é o caso do troço ainda hoje visível na frente ribeirinha. Durante o século XIX, todavia, a vila extravasa o traçado das muralhas – assimilando os arrabaldes já consolidados – continuando a expandir-se ao longo das estradas nacionais, reflectindo a importância destas vias, sobretudo nas ligações a Ponte da Barca e a Braga – como se pode ainda observar hoje, nos traçados das ruas do Arrabalde e General Norton de Matos, respectivamente.

Em 1836 dá-se início à obra de redesenho do Largo de Camões, sendo criadas duas rampas de acesso ao areal, ligando directamente a ponte ao terreno da feira. É também alterada a configuração da intersecção da ponte com o tecido urbano. Até esta data, a ponte desembocava directamente na rua que termina no Largo das Pereiras, entre a chamada Casa da Ponte e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, ambas demolidas no decurso da transformação.

Esta obra culminou na aquisição da Torre dos Grilos – que acomodava a antiga porta medieval de entrada da ponte – a particulares, por parte da Câmara, que a demoliu em 1857 (Fig. 5). As pedras resultantes da demolição foram então usadas em parte para a conclusão dos arranjos de pavimentos no Largo e na Ponte. Cinco anos depois, em 1862, é demolida a Torre Velha, junto à Igreja de Santo António da Torre Velha, eliminando qualquer parecença da ponte existente com a ponte que figura no brasão da Vila, flanqueada por duas torres. O remate da ponte é agora feito através do recém aberto largo de Camões, comunicando com o adjacente Largo da Feira.

⁹ AURORA, Conde d'; 1929; *Roteiro da Ribeira Lima*; Ponte de Lima.



Fig. 4 Vista sobre a ponte e a margem direita. Fotografia de Antero de Seabra. 1862. Fonte: arquitecturaepontedelima.blogspot.pt



Fig. 5 Pormenor da fotografia acima. De notar a desembocadura da ponte na margem esquerda, feita directamente por entre o casario, antes da abertura do Largo de Camões, descrita acima. Note-se a ausência da Torre dos Grilos, já demolida, no remate da ponte.

3.1.3. A carta de 1927

É a partir do virar do século XX que a estrutura urbana de Ponte de Lima assume a sua configuração actual. Associado às inovações tecnológicas, às teorias higienistas em voga e às concepções sociais do início do século, inicia-se um processo de alterações urbanas do qual foi ponto de partida a abertura da Avenida dos Plátanos, inaugurada a 9 de Outubro de 1901 pelo príncipe D. Luís Filipe¹⁰.

Esta alameda, paralela ao rio e flanqueada, como o nome indica, por duas fiadas de plátanos, veio satisfazer a crescente popularidade dos passeios públicos, possibilitando uma relação lúdica com o rio que veio substituir o carácter de subsistência que com o Lima era associado. Esta filosofia serve de base para muitas outras intervenções a ter lugar durante sobretudo a primeira metade do século XX, como vem atestar a Carta Topográfica de 1927 (Fig. 6). Nascem, nesta época de mudança, outros espaços identificados com as tipologias de rossio e passeio público, assim como ruas abertas segundo perfis transversais largos, bem pavimentadas e de traçado recto, ligando pontos estratégicos.

O melhor exemplo desta nova abordagem ao discurso urbano é talvez a Avenida António Feijó, preconizada no documento de 1927, que parte do limite Nascente do núcleo medieval, perpendicularmente ao rio e se estende até à já prevista circunvalação da vila. No seu prolongamento é ainda aberta a Rua Cardeal Saraiva, que quebra a frente ribeirinha contínua, passando directamente a sul da Igreja Matriz e reforçando a ligação lúdica ao rio.

Estas operações retiraram importância ao antigo eixo principal da malha urbana, no sentido Norte-sul – cujos resquícios são hoje em dia as referidas ruas da Abadia e General Norton de Matos –, que ligava as antigas portas de São João e do Souto. Do traçado da Av. António Feijó são lançados ainda arruamentos perpendiculares que infraestruturam o futuro desenvolvimento da vila para Norte. Mais tarde, e sobretudo no caso da Rua Conde de Bertiandos, estes seriam importantes vias de acesso ao Hospital e à Adega Cooperativa, em conjunto com outros serviços e zonas residenciais que se viriam a desenvolver.

No caso do arrabalde de Além da Ponte – nome atribuído ao pequeno aglomerado de construções que rodeavam a desembocadura da ponte romana na margem direita – as transformações registadas na carta de 1927 incidiram sobretudo sobre a abertura da Rua Conde da Barca, situação tratada em detalhe no próximo capítulo.

Outra transformação profunda ocorreu em 1930 no extremo oposto da ponte, como resultado das novas exigências de espaço que o advento do automóvel trouxe à estrutura urbana. Trata-se da remodelação do Largo da Feira, cuja relação tanto com o adjacente Largo Camões como com o areal foi substancialmente alterada. Esta relação tinha especial interesse por se desenvolver em dois níveis distintos, tendo os edifícios ligação, através do piso térreo, directamente com o areal, e, na cota do seu primeiro piso, com o paredão ribeirinho que fazia a ligação com o Largo Camões. A mediação entre as duas cotas era feita através de uma estreita escadaria embutida no paredão (Fig. 10).

¹⁰ CMPL, 2011.



Fig. 6 A mancha urbana de Ponte de Lima, a partir da Carta Topográfica de 1927. Esquema do autor.

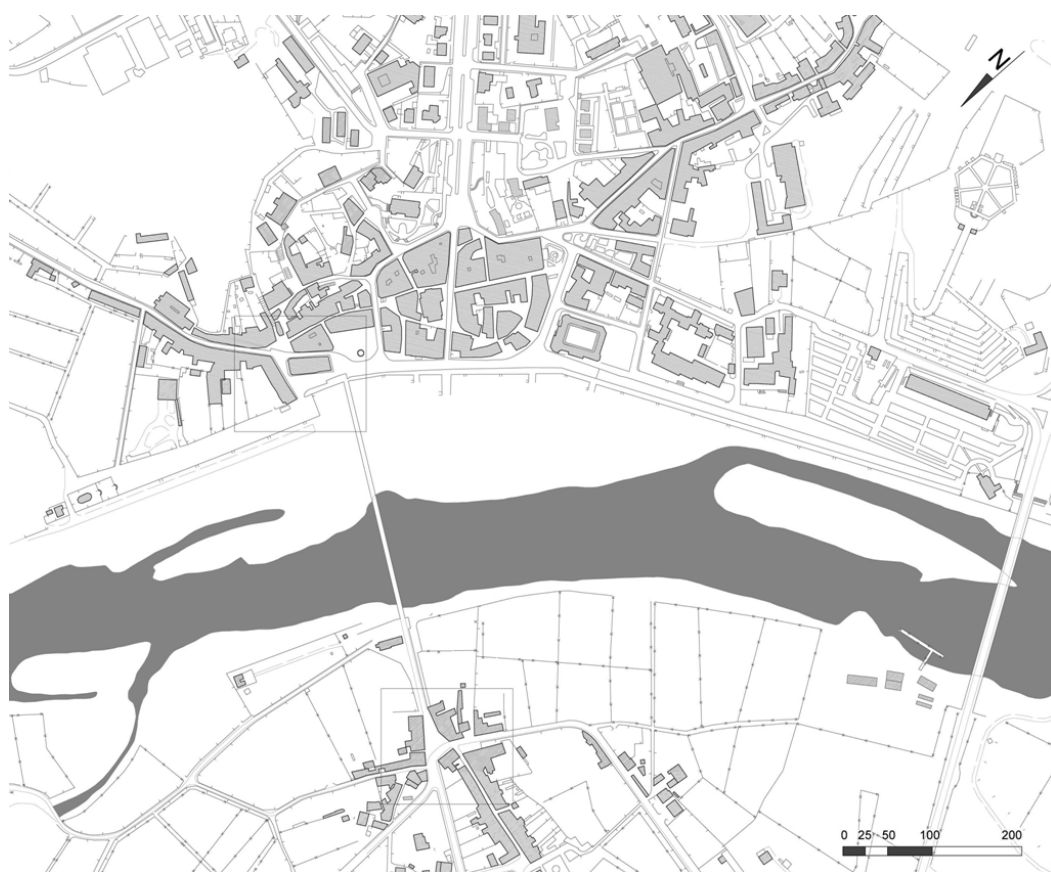


Fig. 7 A mancha urbana actual de Ponte de Lima. Esquema adaptado pelo autor.

A solução encontrada passou por prolongar a plataforma do paredão por meio de um aterro, “engolindo” os dois primeiros arcos da ponte e enterrando os pisos térreos que comunicavam com o areal. O largo passou então da cota do areal, na qual se expandia limitado a Oeste pela ponte e a Este pelo casario, para a cota do paredão, levando à perda da forte ligação com o rio que o caracterizava (Fig. 11).

Para além das necessidades crescentes de espaço e pavimentação, a ligação directa que existia entre os pisos de rés-do-chão dos edifícios e o areal significava que estes eram regularmente fustigados pelas cheias sazonais, o que terá contribuído para a adopção desta solução. Apesar de diminuir o interesse arquitectónico da relação entre o largo, o casario e o rio, esta solução viria assegurar melhores condições de segurança e circulação.

É interrompida também neste processo a ligação do passeio público ribeirinho com a Avenida de São João, que se efectuava através de um dos primeiros arcos da ponte, agora enterrado (Figs. 8 e 9). A leitura da frente ribeirinha a partir do rio é também alterada, sendo interrompida a linha do paredão que até à intervenção passava por baixo do primeiro arco da ponte e seguia até à Avenida de São João, que era lida como uma espécie de embasamento contínuo a todo o núcleo antigo da vila.

Entre as décadas de 1910 e 1940 é também comum a construção de moradias particulares de qualidade, polvilhando os terrenos urbanizáveis e beneficiando dos arruamentos propostos em 1927. Este período é seguido de alguma estagnação na expansão da vila, pontuada por alguns equipamentos públicos que vão conquistando os novos espaços urbanos, como a escola primária na Av. António Feijó, o Hospital na zona Norte e o Mercado Municipal no passeio público. No entanto, estes equipamentos deixam ainda grandes vazios, que vão sendo preenchidos gradualmente, acelerando-se a construção na década de sessenta do século XX.

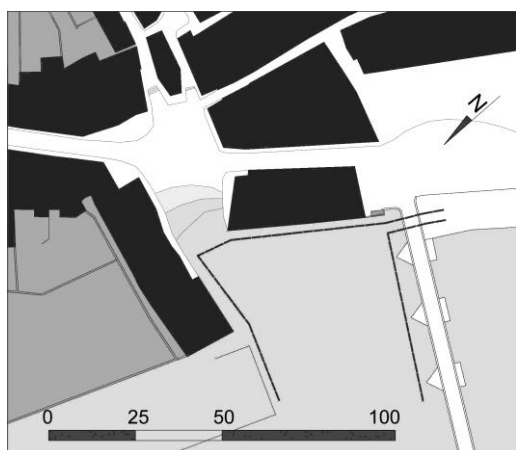


Fig. 8 Configuração do Largo da Feira até 1930, desde meados do século XIX. Esquema do autor com base em fotografias do Arquivo Municipal de Ponte de Lima.

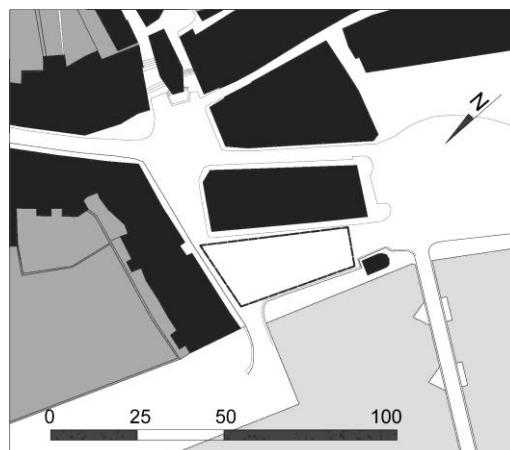


Fig. 9 Configuração do Largo da Feira depois de 1930. Esquema do autor, com base na carta topográfica de 1927.

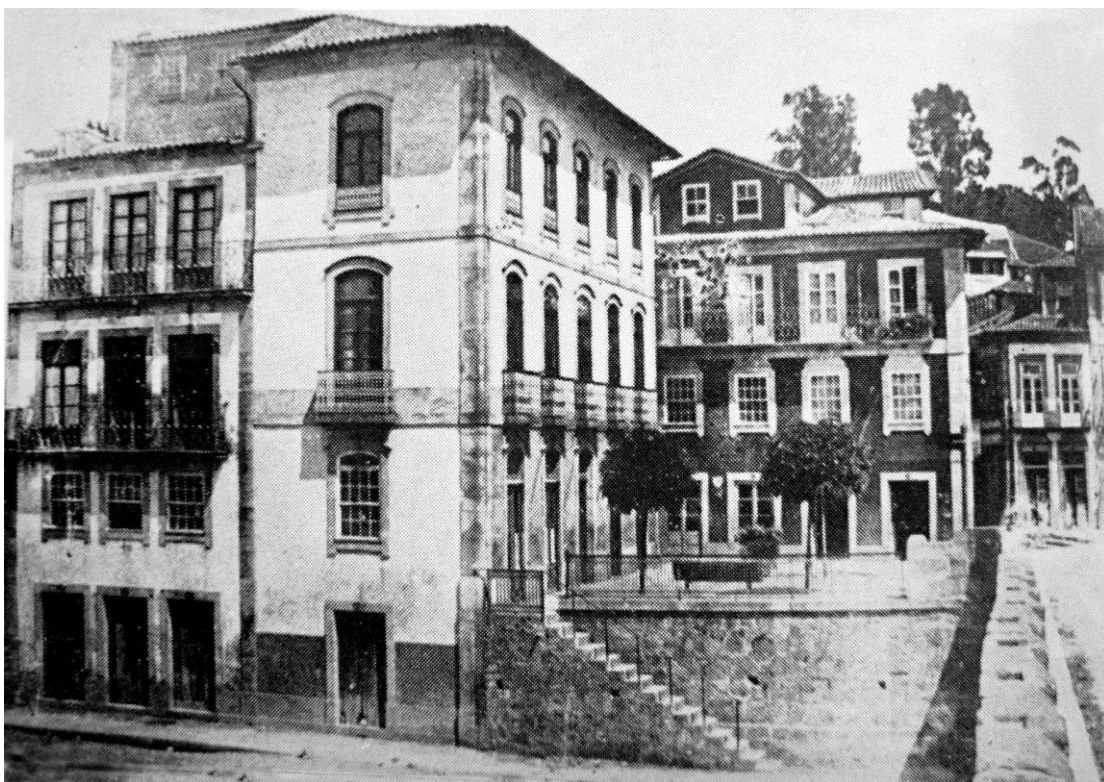


Fig. 10 Ligação do paredão com o Largo da Feira, que se encontra à cota do areal. Fotografia anterior a 1930. Fonte: Arquivo Municipal de Ponte de Lima



Fig. 11 Aumento do paredão e perda da ligação com o areal. Fotografia dos anos 80 do século XX. Fonte: Arquivo Municipal de Ponte de Lima.

3.1.4. De 1975 até hoje

A chegada em massa dos colonos portugueses expatriados de África, assim como o retorno de muitos emigrantes à terra natal, aliada ao projecto e inauguração de uma nova ponte sobre o rio, veio inserir um novo vector de desenvolvimento urbano, observando-se um enorme incremento na construção. A nova Ponte de Nossa Senhora da Guia, a Sul do centro histórico, vem desviar o trânsito do centro da vila, assim como do Além Ponte, sendo eventualmente removido o trânsito automóvel da ponte medieval em 1990. Se este desvio vem por um lado valorizar a estrutura da ponte e da zona ribeirinha como uma zona de lazer, por outro lado drena a vitalidade comercial do Além Ponte.

O advento do carro como meio de transporte em massa veio gerar uma grande expansão e dispersão da mancha urbana, se é que a podemos denominar assim face à indefinição dos seus limites. O encurtamento das distâncias que o carro permitiu teve como consequência uma situação de urbanidade ambígua. Por um lado, fruto da afluência populacional, a aglomeração de serviços no centro vai expulsando parte da população – por directa ocupação dos edifícios residenciais – que se vê obrigada a fixar-se nas áreas periféricas da vila. Por outro, os mesmos serviços são atractivos para as populações rurais – que se vêem sem trabalho face à mecanização da agricultura – que se instalam também nas periferias urbanas.

“Nas últimas duas décadas do século XX, a agricultura deixou de ser a principal actividade da população, mas grande parte desta continua a possuir os seus quintais, as suas leiras, os seus galinheiros e até os seus pretensos jardins povoados de couves. Cuidam deles ao fim do dia, ou ao fim-de-semana [...] será, porventura para alguns, a oportunidade de “mexer na terra” esquecendo o trabalho repetitivo e alienante de toda a semana.”¹¹

Um dos efeitos mais marcantes da grande afluência de população que a década de 1970 marca na região foi a disseminação dos “prédios de rendimento”, geralmente de fraca qualidade arquitectónica e construtiva e cuja inserção no tecido existente é difícil. Deste fenómeno são exemplos os dois edifícios do Largo de São José, ambos do século XVIII, que foram demolidos para dar lugar prédios de apartamentos de tipologias baixas. Para além da óbvia perda de património puramente por razões económicas, altera-se a leitura do espaço público através das alterações de escala que os novos volumes acarretam. Desta época datam infelizmente vários exemplos desta interrupção da continuidade e coesão do tecido urbano, que, mais do que com uma questão de linguagem, se prende com as relações de escala e de alinhamento dos elementos de um todo.

A partir de 1982, com a elaboração do Estudo de Preservação e Renovação Urbana de Ponte de Lima – e sucessivos planos –, a construção no centro da vila começa a obedecer a critérios mais rigorosos de inserção. Todavia, nas periferias, sobretudo a sul, a influência da nova ponte e dos acessos complementares que com ela convergem continuam a ser motores de uma expansão urbana de carácter disperso. Esta dispersão, aliada à escala das intervenções, evita quase por completo a articulação com o tecido existente, nomeadamente nos acessos principais ao centro, cuja qualidade urbanística deixa algo a desejar.

¹¹ GONÇALVES, Albertino, REMOALDO, Paula Cristina, COSTA, Joaquim; 2009; *As gentes do Minho*; Braga.

3.2. Planos e estratégias

Desde a década de 80 do século passado que Ponte de Lima tem sido objecto de estudo de diversos planos de urbanização, salvaguarda, reabilitação urbana e valorização do património. Da sua análise resultam algumas das condicionantes programáticas e de desenho que conduziram a proposta, sobretudo numa fase inicial de definição tanto do programa como da articulação urbana a procurar. Destes destacam-se os seguintes:

- Estudo de Preservação e Renovação Urbana de Ponte de Lima, de 1980/1982,
- Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Ponte de Lima (PPSRCHPL) de 1996/1997,
- Plano de Salvaguarda e Reabilitação Urbana de Além da Ponte, de 2000/2002,
- Plano Director Municipal de Ponte de Lima, 2005,
- Plano de Urbanização da Vila de Ponte de Lima, de 2008.¹²

Segundo a análise SWOT¹³, apresentada na publicação *Ponte do Lima, uma vila a proteger e a reabilitar*¹⁴, apresenta-se abaixo um resumo das conclusões do diagnóstico das características urbanas, culturais e socioeconómicas da vila.

Quadro 1: Resumo da análise SWOT, CMPL, 2011

Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none">- Abundância e qualidade do património natural, edificado e cultural¹⁵.- Estruturas de formação e investigação.- Preservação de saberes e ofícios tradicionais.- Importância turística territorial.- Integração em roteiros culturais como os Caminhos de Santiago e a Rota do Vinho Verde.- Realização de eventos com notoriedade internacional.
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none">- Desertificação do centro histórico.- Mau estado de alguns edifícios.- Necessidade de novos espaços públicos de qualidade nas áreas limítrofes ao centro histórico.- Desequilíbrio na dinâmica económica e social entre as duas margens.- Insuficiência da aposta na diferenciação e inovação de actividades económicas e de lazer.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none">- Atração de novos investimentos para os edifícios devolutos.- Emergência dos valores patrimoniais e do turismo como dinamizadores.- Existência de um leque de projectos de valorização do concelho, integrados na estratégia municipal de reabilitação.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none">- A desertificação do centro urbano.

¹² Perante a ineficácia do PPSRCHPL, que não foi aprovado, as directivas e prioridades de reabilitação urbanas, neste enunciadas, foram incorporadas no PU.

¹³ "Strengths, weaknesses, opportunities and threats".

¹⁴ Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2011. Campanha Europeia para o renascimento das cidades.

¹⁵ Gastronomia tradicional, cultura popular e religiosa, assim como a Feira.

3.3. Dos planos às opções programáticas da proposta

Da análise do PU de 2008 são evidentes as preocupações tanto com a preservação do património edificado e urbano, como com a integração de novas construções na paisagem existente. Estas traduzem-se em regulamentos que abrangem desde operações urbanas de loteamento – procurando a integração e articulação na malha pré-existente – até à composição e configuração das fachadas de construções novas.

Por outro lado, na análise subjacente ao Quadro 1 é evidente a importância da revitalização económica da vila através de equipamentos de lazer e hotelaria que não só potenciem o turismo mas também reforcem a divulgação e reabilitação do património, recurso abundante em Ponte de Lima.

Das unidades de intervenção definidas pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de 2011, a Unidade de Intervenção 1, correspondente ao “centro histórico e arrabalde de Além da Ponte”, inclui propostas concretas para o Largo Alexandre Herculano e tecido urbano circundante. Estas propostas visam a criação de um pólo hoteleiro, composto por diversas unidades independentes – correspondentes às reabilitações de vários edifícios com interesse patrimonial no Largo – que funcionariam em conjunto através de um serviço central de administração e reservas. Este projecto, denominado Hotel Além da Ponte, pretende colmatar as deficiências de alojamento existentes na vila, como método de infra-estruturação e sustentação das actividades turísticas.

Destas constatações surgiram as primeiras concepções do que seria, em traços gerais, o conteúdo programático da proposta a apresentar, relacionando as várias condicionantes – património, viabilidade económica, deficiências programáticas da vila e perpetuação da cultura de saberes tradicionais – entre si e com a situação urbana concreta da arquitectura sobre a qual se propõe intervir.

Sobretudo, tal como é referida, a dinâmica de preservação de saberes e ofícios tradicionais, como veículo de diferenciação das ofertas culturais da região, assume-se como premissa fundamental na direcção que o projecto tomará. Mais do que a oferta cultural que a estas pode estar ligada, a preservação destes valores assume-se como uma peça fundamental na perpetuação da identidade da região. É então importante, para além de proporcionar uma plataforma de divulgação e promoção destes saberes, que haja uma infra-estrutura de base à sua prática.



Fig. 12 Vão. Fotografia do autor. 2013

4. O LUGAR E A SUA ARQUITECTURA

4.1. A Ponte como estrutura do território

Elemento central na formação, importância, crescimento e própria toponímia de Ponte de Lima, a ponte – em conjunto com a via romana que integrava – marca a paisagem e a memória do lugar. A sua construção data presumivelmente do início da nossa era, dado que a estrada romana é atribuída aos tempos de Augusto¹⁶. Desde então, torna-se um ponto fulcral num dos itinerários mais amplamente usados durante toda a Idade Média, actuando como uma das ligações principais entre Portugal e a Galiza. Da sua presença adivinha-se a razão de ser da aglomeração urbana que em seu redor se desenvolveu.

Associados à cobrança de taxas de passagem, defesa do território e serviços administrativos implantam-se nas imediações da ponte variadas construções, desde albergues a depósitos de ferramentas de manutenção. Gradualmente, o fluxo económico e cultural que se afunila na travessia incentiva a fixação de comerciantes e agricultores, que vêm na ponte, e respectivas estruturas de apoio, um lugar de protecção e de exponenciação de actividades económicas. Naturalmente, este nexos, que se forma em redor da travessia do Lima, torna-se a base da implantação da Vila, assumindo-se como o centro a partir do qual as sucessivas transformações operam.

O assoreamento do rio – devido a operações de arroteamento a montante, no decurso dos séculos XI, XII e XIII –, conduzindo ao alargamento e desvio para Sul do seu leito, levou a que a velha ponte romana, presumivelmente já bastante degradada, deixasse de o atravessar¹⁷. Durante este período, a travessia do Lima passou a ser feita por meios fluviais, passando os embarcadouros a mediar a relação entre a vila e o rio. Deve-se a este facto a concentração de ocupação urbana na margem direita, mais fortemente ligado aos fluxos territoriais por terra.

Todavia, a partir de meados do século XIV¹⁸, com a reconstrução da ponte romana e acrescento medieval, a ponte volta assumir um papel não só de estruturação a nível territorial mas também de transição urbana entre o núcleo muralhado do burgo na margem esquerda e a ocupação rural que caracteriza a margem direita. Esta transição contamina o Além Ponte, por meio da formação de um pequeno núcleo urbano, intimamente ligado à ponte, que constitui o lugar de intervenção deste trabalho.

A partir da construção da nova ponte, como é acima referido, a ponte medieval torna-se secundária no que toca aos fluxos territoriais – talvez com a excepção dos itinerários culturais, nomeadamente o Caminho de Santiago, do qual é parte integrante –, mantendo todavia a sua importância como elemento urbano e paisagístico, tanto pelo seu valor intrínseco como objecto, como pelo papel que desempenha na articulação do casco medieval com a margem direita.

¹⁶ FERREIRA DE ALMEIDA, C. Alberto; 1987 *Alto Minho*; Editorial Presença

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ MATTOSO, José, et. Al. ; 1993; *História de Portugal, Segundo Volume*; Editorial Estampa, Lisboa.

4.2. Os diferentes estratos e configurações do Largo

Até ao século XIX, a chegada da ponte romana ao tecido urbano do arrabalde era feita directamente através da Rua de Além da Ponte, prolongamento da actual Rua Manuel Bezerra, não havendo evidências de um vazio urbano de articulação. Com a Rua de Além da Ponte convergia, no arranque da ponte, uma outra rua, cuja toponímia não foi possível apurar, e que hoje mantém parte do seu traçado, servindo uma frente de edifícios de implantação oitocentista (Fig. 13).

A existência de um largo na desembocadura da ponte romana data dos anos 50 do século XIX, aquando da abertura da nova estrada real nº 30 que ligava Braga a Ponte de Lima e Valença. Durante as obras, a par de um aterro que alteou as cotas de pavimento, foi demolida grande parte do casario do núcleo urbano a nascente da estrada real, de modo a criar os novos alinhamentos, de configuração triangular, que definiriam o Largo da Alegria (Fig. 14).

Esta configuração manteve-se até às reformas urbanas do início do século XX, já referidas, registadas na carta topográfica de 1927. No Além Ponte, estas reformas tiveram como elemento central a abertura da Rua Conde da Barca, uma avenida de traçado recto e perfil relativamente largo.

Esta nova via, traçada de modo a ligar a recém proposta Estação Ferroviária à ponte medieval, teve um enorme impacto na configuração do Largo da Alegria, re-designado Largo Alexandre Herculano. Ao contrário da situação que se verificava desde meados do século XIX, na qual o largo tinha as três saídas – correspondentes ao entroncamento da estrada para Valença com a Rua António Pereira Rego/Rua Dr. Francisco Abreu Maia e o prolongamento da ponte romana – bem definidas e proporcionadas entre si, a solução proposta alarga consideravelmente a saída a Norte, criando um desequilíbrio na relação entre cheios e vazios deste espaço (Fig. 15). Para além da despropositada largura da nova rua, o seu alinhamento enviesado com o curso da ponte criaria um alinhamento visual, culminando na estação ferroviária, que nunca chegou a ser construída, estando hoje em dia em seu lugar a Escola Básica de Freiria.

A situação que se verificava anteriormente à abertura da rua, na qual o traçado entre muros da estrada para Valença servia como fecho visual do espaço do largo, curvando suavemente antes de desaparecer por detrás do casario, é substituída por um desafogo perceptivo que tem como ápex um pequeno edifício de dois pisos. Esta transformação veio ainda retalhar os terrenos anexos ao tardo das casas da rua Manuel Lima Bezerra – assim como o jardim e um dos anexos da Casa Grande do Além Ponte. Naturalmente, esta operação conduziu ao muramento do novo limite das propriedades, criando em última análise a situação ambígua de uma rua, de perfil claramente urbano, limitada na sua total extensão por muros de quintas e quintais.

Não obstante, o Largo caracteriza-se hoje em dia como um espaço urbano, marcado visualmente pela continuidade das suas frentes, sobretudo a nordeste e sudeste, pelo alinhamento de cornijas, cimalkas e vãos e pela posição da Casa Grande, que o fecha parcialmente a Poente. Este alinhamento, ao nível do segundo piso, confere-lhe uma grande unidade morfológica, rodeando o largo quase ininterruptamente em todas as frentes.

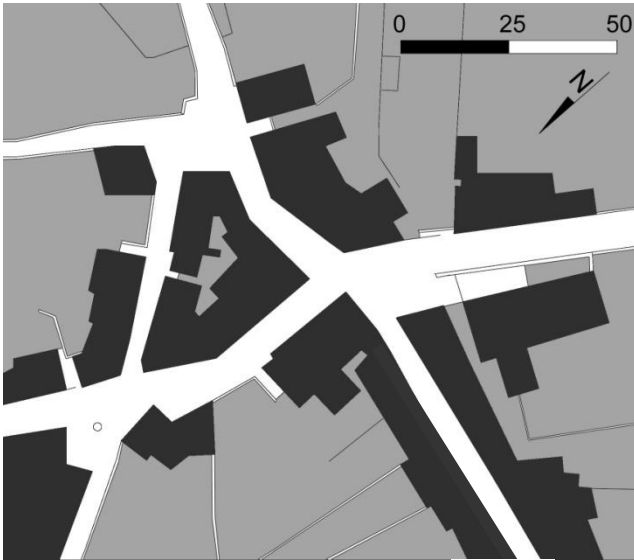


Fig. 13 Configuração proposta do núcleo urbano do Arrabalde de Além Ponte em meados do século XIX, antes da abertura do largo. Esquema do autor, com base em conversa com J. G. Abreu Lima, em Maio de 2013.



Fig. 14 Configuração do Largo da Alegria na década de 1920, até às obras de 1927. Esquema do autor com base em planta da época.



Fig. 15 Configuração actual do Largo Alexandre Herculano. Esquema do autor, com base em planta cadastral.

4.3. A transição entre rural e urbano

Como é acima referido, a forte ligação térrea do burgo da margem esquerda aos fluxos económicos da região, aliada ao período em que a ponte deixou de ser utilizada, tornou evidente a disparidade do desenvolvimento urbano entre as duas margens. Apesar da reconstrução e ampliação da ponte velha ter vindo restaurar a vitalidade comercial do arrabalde de Além Ponte, a expansão urbana sentida na margem direita foi aqui consideravelmente mais ténue.

Apesar de alguma densidade e coesão do tecido urbano, a “outra margem” assumiu-se como um espaço de transição entre a dispersão dos terrenos de produção agrícola a norte e o centro de consumo e distribuição a sul (Figs. 16 e 17).

A relação deste pequeno aglomerado urbano com o universo rural que lhe é contíguo apresenta-se hoje menos clara, face ao que se pode reconstituir de configurações passadas. As referidas alterações oitocentistas – mais tarde incrementadas pela reforma de 1927 – que culminaram na abertura do largo (Figs. 13 a 15), tiveram como consequência a rarefacção da construção, que se apresentava como um núcleo, claramente delimitado. Desde então, o maciço passou a ser uma “casca” que envolve o Largo A. H. e a Rua Manuel Bezerra, dissipando-se já na chegada desta ao Largo da Freiria.

Em conjunto com esta rarefacção da massa edificada urbana, a crescente ocupação dispersa em seu redor vem acentuar a indefinição do limite entre o rural e o urbano. Muitas das novas construções, sobretudo na Rua Conde da Barca, optam por se distanciar da rua, apresentando como fachada os muros limítrofes, atrás dos quais se plantam muitas vezes e à boa maneira minhota, pequenas hortas. As ruas ficam assim silenciosas, com panos de muros contínuos, pontuados pelo ocasional vazio de um portão.

Apesar desta situação ser comum nas zonas de limite urbano, nas quais o ritmo e permeabilidade das frentes se vai dissipando gradualmente até desaparecer por completo e dar lugar à Natureza, construída ou não, aqui esta transição reveste-se de um carácter brusco e ambíguo. A ambiguidade advém, a meu ver, da relação entre a proporção e desenho da rua em si, tratada como uma via urbana, com o carácter rural dos muros opacos que escondem os quintais e hortas das casas.

Se podemos afirmar que o urbano termina com o final da Rua Manuel Bezerra, aparentemente o rural estende-se até escassos metros do Largo, a partir do qual é claramente visível um terreno cultivado, cujas vinhas perimetrais são parte integrante do seu fecho visual. Esta relação de interpenetração entre os dois mundos é uma das características fundamentais da compreensão deste lugar que opõe, por justaposição, fachadas urbanas, consolidadas e ritmadas, a muros de limite de propriedade.

Incidentalmente, o caso onde esta transição é mais gradual é no caso da Rua Detrás dos Palheiros, a partir de cujo início, na urbanidade do Largo, se vai operando um abrandamento no ritmo dos vãos, uma redução nas volumetrias e até uma mudança nos revestimentos, que vão transformando a rua numa ladeira estreita e sinuosa entre dois muros secos de granito. Esta transição orgânica resulta do natural processo de sedimentação do tecido, marcando momentos distintos no seu crescimento.

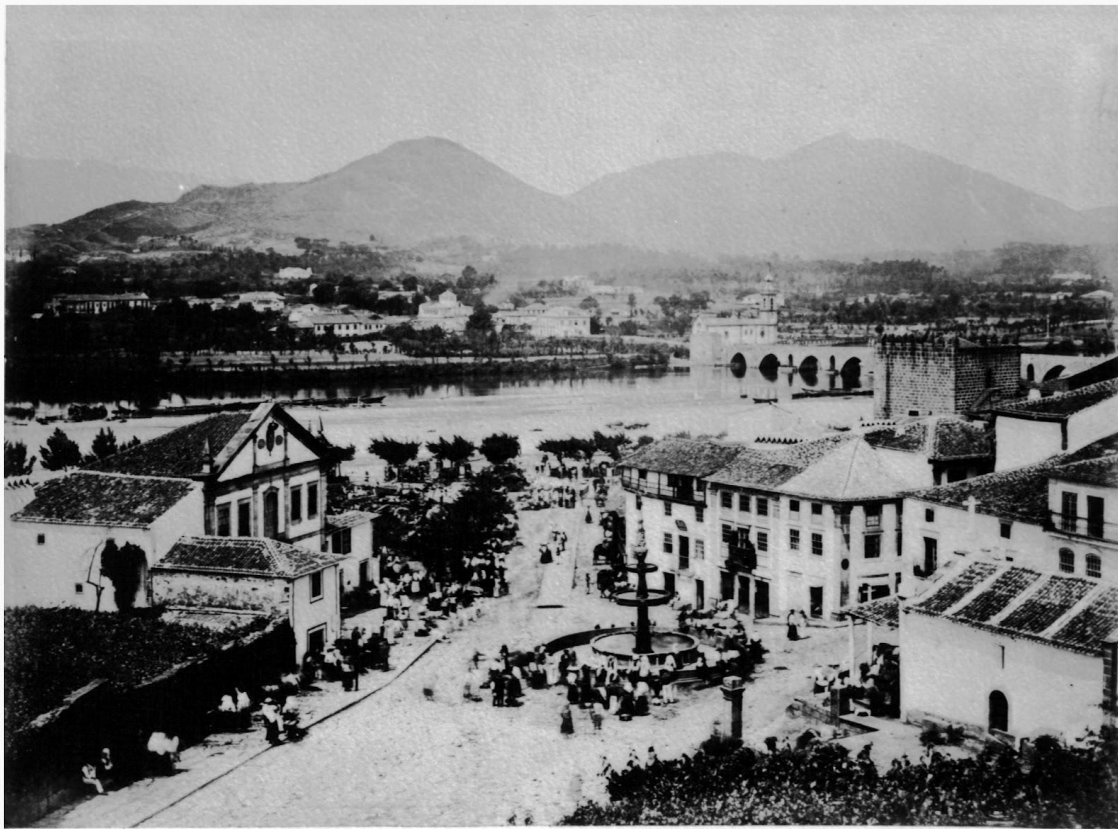


Fig. 16 “Ponte de Lima em dia de Feira”, Fotografia de Antero de Seabra, século XIX. De notar o carácter eminentemente rural do Arrabalde do Além Ponte, Fonte: modus-optimus.blogspot.pt

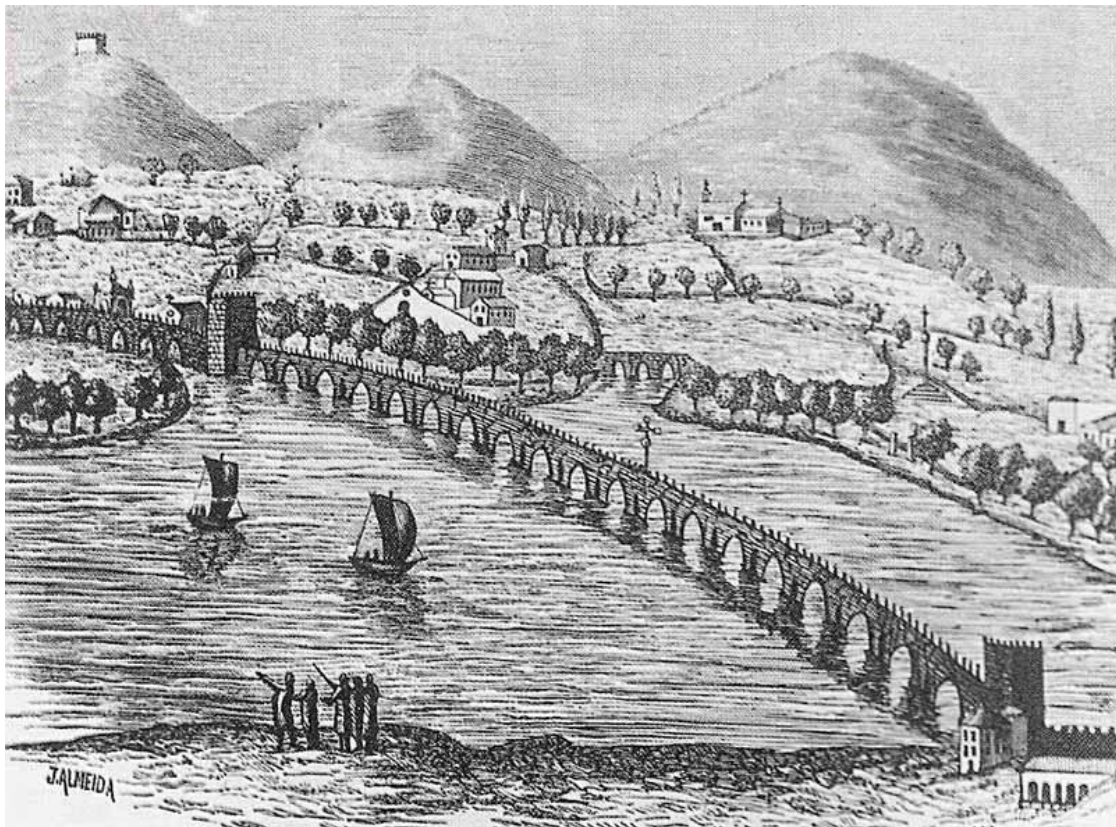


Fig. 17 “Aspecto da ponte e do Arrabalde em 1780: fac símile de uma gravura da época”, João de Almeida, 1887. Fonte: OLIVEIRA, Eduardo. 1985, *Imagens do Minho Oitocentista*, Braga.

4.4. A Casa Grande do Além Ponte

4.4.1. Século XVIII

“Por todas as terras do Minho e Douro Litoral, principalmente em Ribeira Lima [...] vem acrescentar-se a profusão dos solares barrocos, espampanantes e sorridentes. [...] a escada, apanágio do conjunto, estende-se como passadeira em degraus ao encontro do visitante. E quando, não já implantados no terreiro privativo, em obediência às exigências urbanas, realiza no interior o acesso grandioso que teve de chamar para dentro de portas [...]”

SAP, 1964¹⁹

Objecto de estudo deste trabalho, a Casa Grande do Além Ponte, tal como o tecido urbano em que se insere, assistiu e foi parte integrante de uma evolução marcada por alterações profundas. Não só a sua arquitectura foi acompanhando as sucessivas realidades sociais e culturais, como também o seu papel como elemento urbano foi alterado, fruto das metamorfoses anteriormente descritas (Fig.18).

Construída no primeiro quartel do século XVIII, a fase original da Casa tinha um carácter marcadamente urbano de frente de rua, com dois pisos de planta rectangular de divisão simétrica mas irregular. A sua implantação, na esquina da Rua do Além Ponte com a Estrada Real nº30, orienta a fachada principal a Nascente. Esta fachada, de desenho barroco, apresenta uma característica relação entre cheios e vazios, com seis vãos por piso em composição simétrica e estendida.²⁰

Dos proprietários originais da casa, o Licenciado João Velho Gondim e sua mulher Francisca de Abreu, sabe-se pouco, ainda que segundo J. G. Abreu Lima haja testemunhos da sua residência no Além Ponte desde o seu casamento, em 1692. Ao Lic. João Velho Gondim sucedeu Caetano de Abreu Gondim, que juntamente com a sua mulher D. Maria Caetana de Sá Guedes Sotomaior, da Casa da Fernandeira, ordenou a colocação da pedra de armas na fachada principal, com escudo esquartelado de Gondim, Abreu, Sotomaior e Guedes e elmo e timbre de Gondim. Esta pedra terá sido removida aquando da mudança de proprietários da Casa, que ocorreu no século XIX.

No tardo estendia-se um quintal de dimensão considerável, acessível a partir da rua através de um portão situado na fachada norte. Presume-se que a esta fachada se adossasse ainda uma escada exterior de acesso ao piso nobre. Esta possibilidade é evidenciada pela presença de um vão consideravelmente largo na fachada norte, apesar de não ter sido possível apurar nenhum registo fotográfico desta situação.

¹⁹ Sindicato dos Arquitectos Portugueses; 1964; *Arquitectura Popular em Portugal*; Lisboa. Edição de Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, Lisboa

²⁰ Segundo João Gomes de Abreu Lima (ver ¹⁶), existe porém a possibilidade de terem sido abertos originalmente apenas três vãos no piso térreo, servindo de acesso ao átrio principal, cavalariças e cocheira, respectivamente.



Fig. 18 Esquema das mudanças na configuração da Casa. Esquema do autor.

A configuração espacial consistia na divisão em seis módulos, tripartida no sentido longitudinal e bipartida no transversal. A escadaria ocupa sensivelmente metade do módulo mais a noroeste, sendo o espaço sobranceiro afecto a arrumos e circulação, respectivamente, nos pisos térreo e primeiro em elevação (Fig. 18).

A sua organização funcional era característica deste período, sendo o piso térreo reservado à cavalaria, cocheira e arrecadações, assim como ao átrio de entrada, a partir do qual se lança uma escadaria em cantaria de granito que dá acesso ao piso nobre. Neste, a modulação irregular dos vãos permitia a subdivisão dos espaços em alcovas, característica que cai em desuso no século XIX.

Deste século data ainda o primeiro de vários acrescentos à Casa, que consistiu na construção do corpo poente, correspondente à cozinha. Podemos atribuir a construção deste anexo à segunda metade do século XVIII, período a que grosseiramente corresponde a generalização das grandes cozinhas neste tipo de casa. O corpo em si – marcado pela grande chaminé em alvenaria e generoso pé direito – desenvolve-se à cota do piso nobre da casa, sendo portanto contemporâneo da escadaria exterior que o liga com o pátio a sul e a Rua Manuel Bezerra.

Relata-se ainda a presença de tectos de madeira trabalhados no piso nobre, cujos estuques são descritos por J. G. Abreu Lima²¹ como *“muito ricos em motivos ornamentais (corbeilles de flores e frutos, anjos, instrumentos musicais, festões e grinaldas, ...), da lavra dos excelentes artistas de Afife.”*

²¹ Arquitecto e engenheiro civil, descendente do Marechal de Campo Rodrigo Luciano de Abreu de Lima e curador do arquivo da Casa do Outeiro. Segundo documento escrito produzido após conversa em Maio de 2013.



Fig. 19 Vista sobre a fachada Sul da Casa, em 1860. Fonte: Arquivo da Casa do Outeiro



Fig. 20 Vista sobre a fachada principal da Casa, em 1860. Fonte: Arquivo da Casa do Outeiro

4.4.2. Século XIX

Em meados do século XIX são efectuadas as obras de criação do Largo da Alegria, já descritas, abrindo o espaço público que desde então é dominado pela Casa. Desta abertura resulta a maior exposição da fachada principal, assim como a sua agora clara relação visual com a ponte e a outra margem (Fig. 20).

Esta súbita mudança da envolvente urbana da Casa traduz-se na exacerbação da sua importância como elemento paisagístico e urbano. Desde a abertura do largo que assume uma posição central no enquadramento da margem direita, tanto pela sua posição franca em relação à ponte como pelo papel central que passa a desempenhar na estruturação dos limites do largo.

Agora com a fachada desimpedida e voltada à vila, o reflexo da sua crescente visibilidade revela-se no que seria a mais significativa alteração na arquitectura da Casa, através do acrescento tanto do terceiro piso, como do corpo da sala de jantar.

O corpo da sala de jantar é acoplado ao tardo do corpo principal, anexo à cozinha. Desenvolve-se em dois pisos, comunicando com o piso nobre e com o recém-criado acrescento. Conta com uma lareira, sala de jantar e zona de copa ao nível do piso nobre, assim como um presumível quarto no piso superior. Trata-se de uma construção menos cuidada, não apresentando qualquer tipo de remates nos vãos e beirados, sendo estes de desenho relativamente tosco, em contraste com as cantarias cuidadas do corpo principal. Revela uma maior rapidez necessária à sua construção, assim como uma falta de interesse por parte dos proprietários na qualidade da construção (Fig. 22).

Todavia, provavelmente na mesma campanha de obras, é executado com grande primor o prolongamento da fachada principal, correspondente ao novo piso, com a adição de um frontão, cimalhas e gárgulas, assim como uma pedra de armas no nembo central, sob o frontão. É evidente a disparidade entre os esforços dirigidos ao tratamento da fachada principal e ao anexo descrito.

Carlos de Azevedo, referindo-se às casas setecentistas do Norte de Portugal, comenta este aspecto.

“Na casa nobre setecentista todo o esforço arquitectónico e decorativo se concentra na fachada. Se há casas cujos interiores se apresentam com certa sumptuosidade, regra geral há grande disparidade entre a fachada e o interior, este quase sempre de grande simplicidade e revelando um estilo de vida que se caracterizava, ainda nesta época, por grande sobriedade.”²²

²² AZEVEDO, Carlos de; 1988; *Solares Portugueses*; Livros Horizonte, Mem-Martins. Pp. 70.

Ainda durante esta fase de mudança foram sacrificados os referidos estuques trabalhados do piso nobre, destruídos durante a construção do pavimento do terceiro piso. Terão sido substituídos então pelos actuais tectos de estuque, de menor valor patrimonial.

A organização espacial e construtiva do novo piso difere substancialmente dos pisos primitivos, abandonando a distribuição de espaços comunicantes e adoptando um corredor central que faz a distribuição a partir de uma escada em quatro lances, bastante sinuosa. Da estrutura de paredes portantes interiores dos pisos inferiores fica apenas um resquício, sendo a restante compartimentação feita com recurso a tabiques.

Digno de nota é, não obstante, o tratamento da fachada sul, virada ao rio, feito através de um grande vão horizontal, dividido em cinco janelas, que proporcionaria ao compartimento correspondente uma magnífica vista (Fig. 19). Este seria provavelmente um espaço de estar – ou sala de inverno, como era comum na época –, com ligação a dois dos pequenos terraços que sobram da intersecção da planta em cruz da nova cobertura com a forma rectangular da casa.

Esta desmaterialização da fachada correspondente ao acréscimo de um novo piso – normalmente associada a processos construtivos mais leves – era prática comum na região, não retirando porém interesse a este caso em particular que, pela sua proporção e enquadramento, se torna um bom exemplo desta tipologia.

As transformações em questão tomaram lugar, presume-se, durante um processo de venda da Casa, que foi adquirida pelo Marechal de Campo Rodrigo Luciano de Abreu de Lima. Regressado da governação das colónias, militar ilustre em fim de carreira e de vida, atribui-se-lhe apenas responsabilidade pela construção do mirante que coroava a Casa.

Esta estrutura, centrada na intersecção das cumeeiras da cobertura, que servia como estufa e sala de inverno, torna-se um elemento marcante da paisagem urbana. Mais do que isto, a sua elevação cria um ponto de vista privilegiado sobre a ponte e a vila, sendo daqui tiradas algumas das fotografias mais elucidativas do século XIX em Ponte de Lima, como a que foi tirada em 1858 e que ilustra o processo de demolição das torres medievais nos extremos da ponte (Fig. 21).

O mirante, por muito que tenha marcado a paisagem do Além Ponte a partir do século XIX, desapareceu, provavelmente por meados do século passado, restando da sua presença apenas registos fotográficos.



Fig. 21 Vista sobre a ponte romana e a Vila. Fotografia tirada a partir do mirante da Casa. De notar a presença de parte da estrutura da Torre Velha, em processo de demolição, junto à Igreja de Santo António, ao centro. 1858. Fonte: Arquivo da Casa do Outeiro.

4.4.3. Actualidade

Excluindo a demolição do mirante, durante o século passado a configuração geral da casa não se alterou significativamente, sendo todavia esta alvo de intervenções pontuais das quais se destacam a substituição de alguns troços dos vigamentos de pavimento por sistemas de betão em vigota/abobadilha, a excessiva compartimentação do espaço do hall de entrada e alteamento do seu pavimento com recurso a betonilhas, assim como a construção de uma parede de blocos de cimento que divide hoje um dos espaços do piso térreo.

Para mais, procedeu-se ao longo deste último século à substituição e adulteração quase sistemática da maior parte dos revestimentos, interiores e exteriores, sendo adoptadas soluções muitas vezes incompatíveis com os sistemas construtivos existentes. Temos por exemplo o recobrimento de um revestimento interior em escaiola, em bom estado e com algum interesse plástico, com recurso a um reboco de cimento *portland*.

A razão de ser destas intervenções, para além da falta de interesse dos proprietários em preservar o valor patrimonial do conjunto, advém do abandono da casa como habitação, sendo alugados os compartimentos do piso térreo a terceiros como instalações comerciais. Do que foi possível apurar, o aluguer do compartimento sul a um cabeleireiro explica o levantamento da referida parede de blocos, sendo este abandonado aquando do colapso parcial dos tectos nesta secção, em finais do século XX.

Após nova mudança de proprietário, nos finais do século XX, cuja falta de interesse ou possibilidade de manutenção do edifício levou à sua degradação acelerada, a Casa encontra-se hoje num estado de pré ruína, tendo sido já a Câmara Municipal de Ponte de Lima obrigada a intervir na reconstrução da cobertura e limpeza dos espaços interiores, que ameaçavam a segurança pública, por risco de queda de elementos e questões de higiene urbana, respectivamente.

A soma destas circunstâncias, limitou, lamentavelmente, a leitura e apreciação dos valores patrimoniais subjacentes, verificando-se uma substantiva perda de materialidade original e afectação da autenticidade de elementos constitutivos.

Todavia, após um levantamento fotográfico e desenhado, foi feita uma apreciação tanto dos elementos a preservar como daqueles que, pela sua fraca qualidade, estado de degradação ou perturbação da clara leitura do conjunto serão tratados como elementos a remover ou substituir. Apresentam-se em seguida as conclusões desta reflexão, de forma resumida²³.

²³ O levantamento completo apresenta-se em anexo.

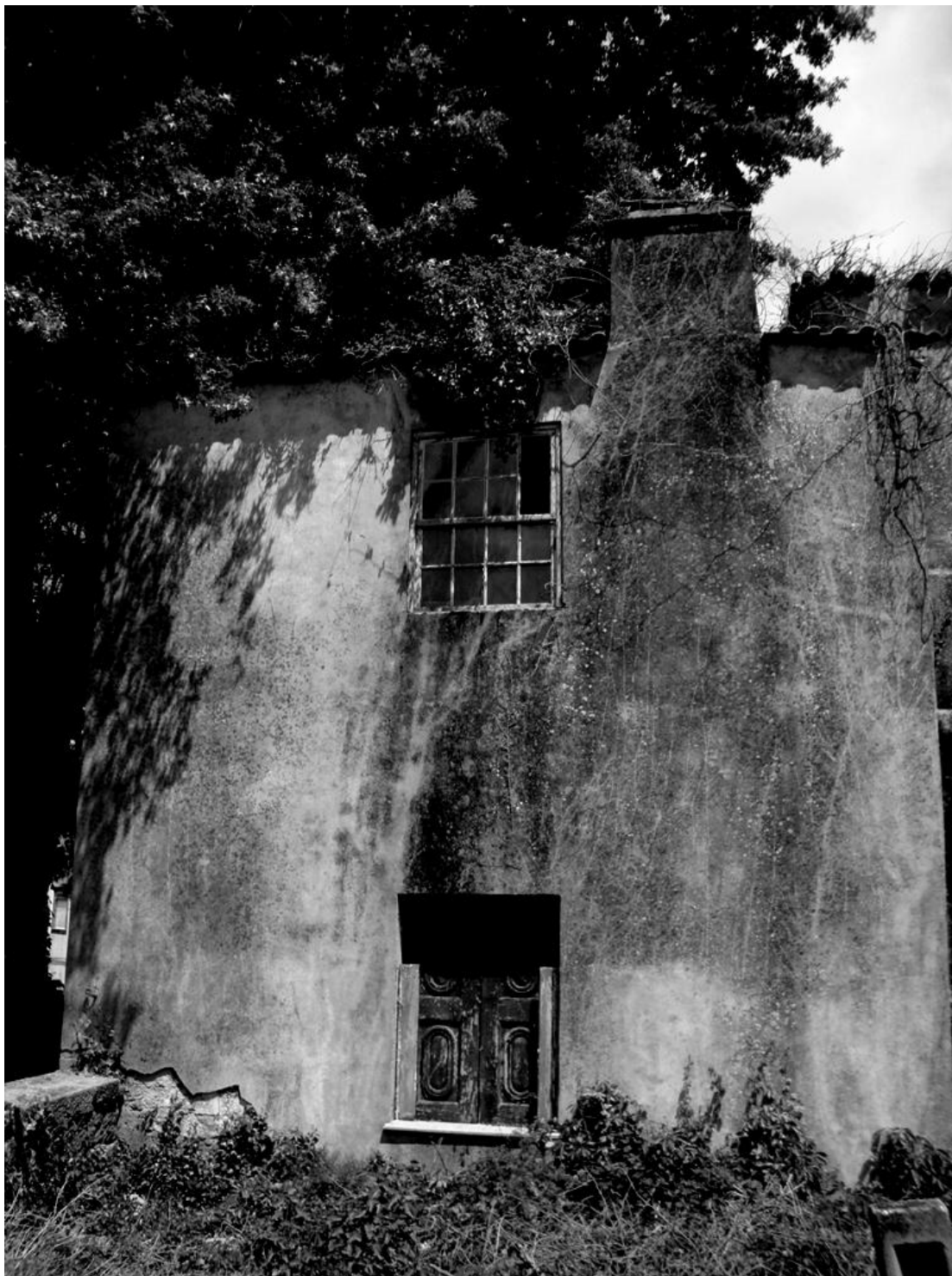


Fig. 22 A fraca qualidade construtiva do volume da sala de jantar, face ao resto do conjunto. De notar a ausência de embasamento, molduras de vãos e friso de beirado, assim como a excessiva proximidade ao carvalho. Fotografia do autor

Quadro 2: Resumo das apreciações decorrentes do levantamento das características da Casa.

Secção	Estado de conservação	Apreciações
Fachadas	Razoável	Revestimentos adulterados, sobretudo na fachada principal. Eflorescências nas juntas de algumas cantarias. Transformação de vãos de varanda em janelas. (fachada sul)
Piso térreo	Razoável	Descasque de rebocos e pinturas. Adulteração de pavimentos com recurso a betonilhas. Compartimentação de espaços com recurso a alvenarias de blocos. Infiltrações e apodrecimento de madeiramentos dos tectos. Cedência de partes do estuque dos tectos. Acumulação de detritos. Molduras de vãos em cantaria de boa qualidade. Paredes de alvenaria mista de granito (paredes exteriores) e alvenaria ordinária de granito e cerâmicos (paredes interiores) em bom estado e de boa qualidade (Fig. 23). Escadaria em cantaria de granito em bom estado e de grande interesse arquitectónico e plástico. Pavimento do átrio e patim da escadaria em lageado de granito bem trabalhado e em bom estado de conservação. Tecto do átrio de entrada com interesse, sobretudo pela composição, ainda que em mau estado de conservação.
Primeiro andar	Mau	Descasque de rebocos e pinturas. Substituição de pavimento tradicional por sistema de vigotas de betão, revestido a mosaico cerâmico. Desabamento quase completo de pavimentos em alguns compartimentos (Fig. 25). Recobrimento de revestimentos antigos com recurso a rebocos de cimento. Desabamento de partes dos estuques e sancas de tectos. Adulteração de molduras de vãos. Escavações em pavimentos nos corpos da cozinha e sala de jantar, de origem e propósito desconhecidos. Desabamento parcial do vão da chaminé. Abóbada sobre patim da escadaria principal em razoável estado de conservação e com interesse arquitectónico e plástico. (Fig. 24) Escaiola parcialmente recoberta por reboco, com algum valor plástico. Chaminé com fornos embutidos, de grande interesse arquitectónico, ainda que em estado de colapso parcial.
Segundo andar	Não apurado	Inacessível face ao desabamento de pavimento que impede o acesso à escada.
Cobertura	Mau	Presumivelmente em mau estado, a julgar pela quantidade de zonas de infiltração de águas nos restantes pisos.
Logradouro	Razoável	Acumulação de detritos e materiais de construção. Escada exterior em relativamente bom estado e com grande interesse arquitectónico. Carvalho antigo de grande porte, com grande valor paisagístico.

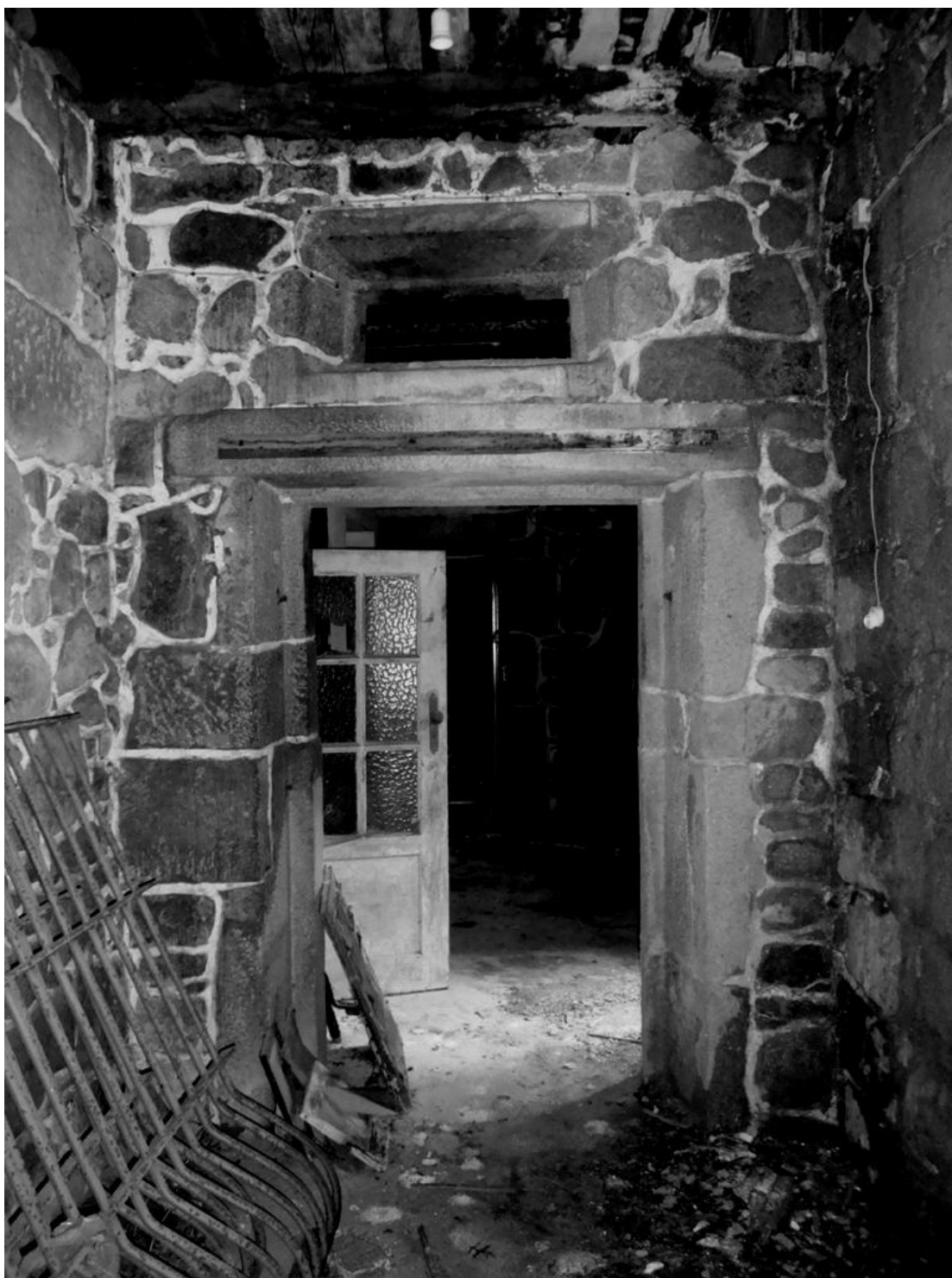


Fig. 23 Exemplo de sistemas construtivos no piso térreo. Cantarias de granito nas molduras dos vãos, alvenaria de granito aparelhada a pico grosso na parede à direita e alvenaria ordinária de granito e cerâmicos à esquerda. Vigamentos antigos em castanho, com acrescento de vigas em eucalipto, sem forro. Fotografia do autor.

4.5. Os critérios de intervenção na Casa

“[...] o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício singular no exterior do contexto edificado no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, a sua envolvente, resulta dessa dialéctica entre a «arquitectura maior» e o que a rodeia. [...] As imediações do monumento estão envolvidas com ele numa relação essencial.”

Françoise Choay, 1982²⁴

Quanto à proposta de intervenção sobre a Casa há, em primeiro lugar, que aferir o seu presente valor patrimonial, não só da perspectiva material, como se ensaiou acima, mas também no que toca ao seu papel como elemento integrante e integrado no tecido urbano do Além Ponte.

A situação urbana em que a Casa se encontra desde o século XIX reveste-a de uma grande importância, não só paisagística como simbólica, funcionando como um fecho, um último plano do cenário urbano. Para esta condição conflui a posição privilegiada que ocupa em relação à ponte, como referido acima, que lhe confere um protagonismo não reflectido pelo seu estado actual.

Não obstante este protagonismo, o seu valor afirma-se na sua totalidade apenas quando se considera o tecido urbano em que se insere. Por contraste, a riqueza da sua fachada, aliada à sua volumetria e orientação, qualifica o edifício da Casa no contexto do largo.

Perante o exercício de imaginar a Casa Grande do Além Ponte fora do seu estrito contexto urbano, como peça isolada, o seu valor parece desvanecer-se, por comparação com as outras referências que se possam evocar de objectos semelhantes²⁵, que, em muitos casos, a superam em termos da sua qualidade arquitectónica e paisagística.

O valor urbano da Casa advém, mais do que da sua morfologia, da configuração da sua envolvente, que a enquadra e lhe confere estatuto. Prova desta postulação são as referidas obras oitocentistas de construção do terceiro piso, que fazem coincidir à abertura do espaço público e ao enquadramento que hoje vemos, o enaltecimento da fachada principal. Agora coroada por um frontão, pináculos e gárgulas, esta reflecte um novo valor, não intrínseco ao edifício em si mas sim atribuído pela nova configuração urbana que se cristaliza em seu redor.

Ora, esta envolvente sofreu, sobretudo no século XX, como é descrito acima, transformações que vieram retirar à Casa parte do seu enquadramento, tornando-a ambígua no seu papel de frente urbana. Perante esta situação tomou-se a decisão de recuperar, em parte, a lógica da morfologia urbana oitocentista que enquadrava o edifício e dava coesão ao Largo, intimamente ligada com o valor urbano da Casa, como estabelecemos.

²⁴ CHOAY, Françoise. 1982; *A Alegoria do Património* (2013 ed.); Edições 70, Lisboa; pp. 211

²⁵ Vejamos por exemplo a Casa de Nossa Senhora d'Aurora, na Rua do Arrabalde de São João.



Fig. 25 Vista das salas sul do primeiro piso. Fotografia do autor. 2013

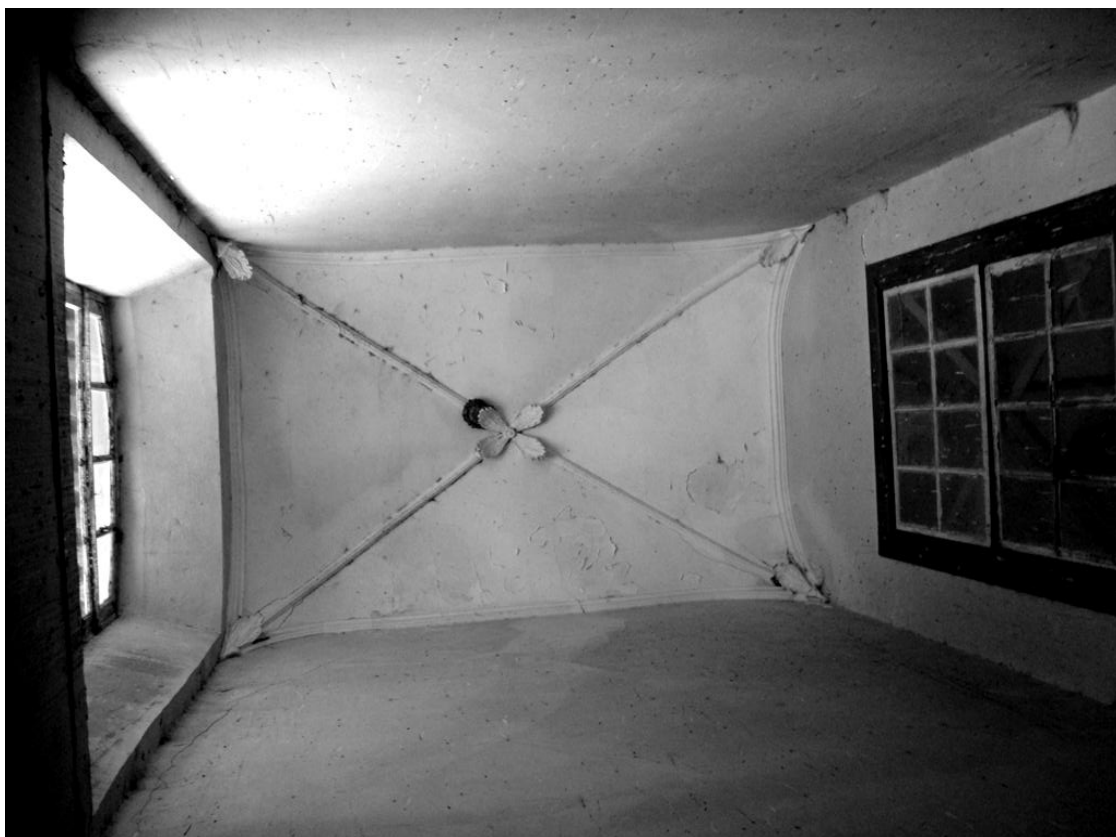


Fig. 24 Vista da abóbada sobre o patim da escadaria. Fotografia do autor. 2013

“É então admitida uma margem de intervenção que limita o respeito do ambiente (histórico) dos locais, materializado nas suas configurações espaciais. Tornam-se assim lícitas, recomendáveis ou mesmo necessárias, a reconstrução, com a condição de não ser enganadora e, sobretudo, algumas destruições.”²⁶

Do levantamento efectuado conclui-se que, face à perda de grande parte do valor material dos elementos constituintes, o valor patrimonial da Casa como objecto reside em grande parte nas suas qualidades espaciais, assim como nas relações que estabelece com o logradouro, com o largo e com a vista sobre o rio.

Por definição, os elementos a preservar identificam-se então com os elementos estruturantes destas qualidades: paredes portantes de alvenaria ordinária e mista, escadaria em cantaria, estruturas de pavimentos e vãos. Perante o valor patrimonial de elementos secundários pontuais, como a referida abóbada do patim da escada, a pilastra que faz o remate da escada no piso térreo ou o desenho de tecto do átrio de entrada, o seu restauro e preservação assumem-se como imperativos, no sentido de travar o processo de perda de autenticidade que a Casa sofreu e sofre.

Mais do que a preservação e restauro dos elementos em questão, propõe-se sobretudo a recuperação da organização espacial oitocentista que caracteriza os dois primeiros pisos da casa. Juntamente com a afectação funcional e tipo de apropriação que são propostas, pretende-se preservar a memória da lógica de funcionamento e articulação dos espaços, tanto no piso térreo como no primeiro andar.

No piso térreo, a prevalência do granito como material fulcral da construção minhota é aparente. Ainda que por vezes rebocado nas paredes, a sua presença dominante na escadaria, molduras de vãos, bancos de janela e, sobretudo, pavimentos, acrescenta uma qualidade de solidez austera aos espaços. O pequeno compartimento sob o volume da cozinha, por exemplo, cujo tecto consiste em cinco lintéis achatados apoiados nas paredes de alvenaria aparente, em cachorros, assume-se com um carácter quase de gruta. Todavia, o revestimento do lajedo primitivo com ladrilhos cerâmicos²⁷ veio destruir a homogeneidade perceptiva e construtiva que qualificava este pequeno espaço (Fig. 26).

A continuidade e fluidez espacial que se percebe no percorrer do andar nobre da Casa, resultado da comunicação directa entre os espaços, confere um carácter de unidade, ainda que modular, ao conjunto. Para este efeito contribuem também as aberturas dos vãos de comunicação, que criam alinhamentos visuais que prolongam perceptivamente o espaço. Por outro lado, a grande espessura das paredes cria uma sensação de compressão no seu atravessamento, tornando-se elas próprias um pequeno lapso de transição, durante o qual o som muda, do reverberar flexível do soalho sob os pés, para o discreto e seco ruído do pisar da pedra de soleira.

²⁶ CHOAY, Françoise. 2013; *A Alegoria do Património*; Edições 70, Lisboa; pp. 211

²⁷ Alteração provavelmente levada a cabo nos finais do século XX, a julgar pela contemporânea instalação de loiças sanitárias no pequeno espaço.

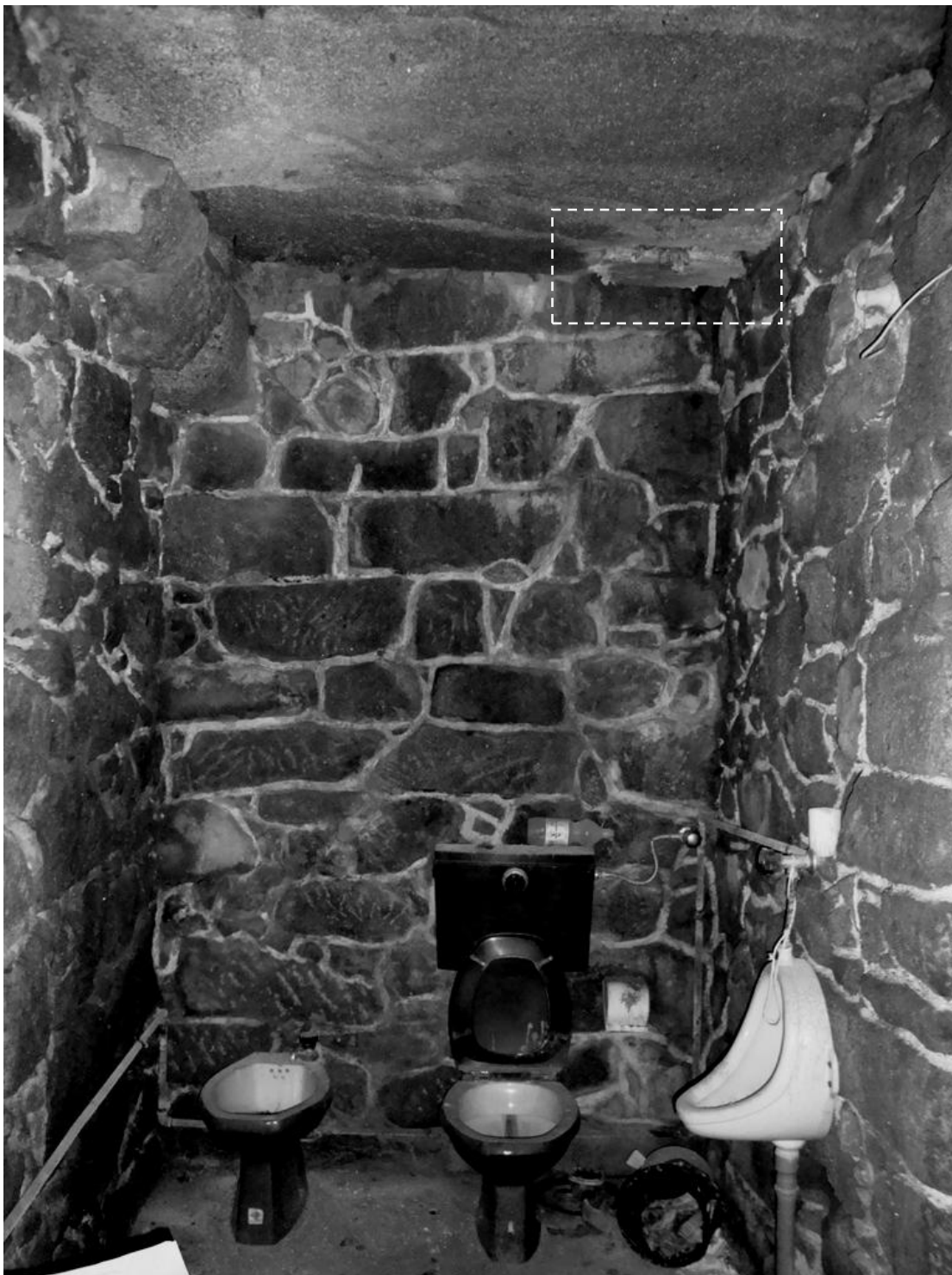


Fig. 26 O absurdo. O contraste entre o carácter quase primordial do espaço, conferido pela sua tectónica e proporção, e a banalidade da sua função actual, que o destituiu de parte do seu valor. De notar o “tampão” de argamassa no primeiro lintel (canto superior direito), no vazio deixado por um tubo de ventilação de esgotos. Um novo tubo perfura agora outro lintel, já parcialmente destruído. Fotografia do autor.

Relativamente aos pavimentos do primeiro piso, é proposto a reposição dos sistemas tradicionais de vigamento, forro e soalho. Quanto aos troços hoje compostos por sistemas de betão, a solução passaria pela sua substituição por sistemas tradicionais de madeira, análogos aos existentes, ainda que com melhores níveis de desempenho. As questões perceptivas e acústicas associadas às estruturas de madeira, descritas acima, permitem uma valorização das características não só perceptivas mas também constitutivas dos elementos estruturais. Actualmente, o pavimento rígido de betão e ladrilho retira coerência e clareza ao conjunto, eliminando a distinção sensorial entre percorrer um espaço e atravessar uma parede.

No que toca à cobertura, a sua reconstrução assume-se como indispensável perante a presença, tanto volumétrica como cromática que tem na paisagem. Esta reconstrução, mais que preservar a imagem que marca o Além Ponte desde o século XIX, pretende redesenhar a geometria da cobertura, sobretudo na sua ligação com o corpo da sala de jantar, de modo não só a recuperar a sua geometria original, mas também a acolher as intersecções com a construção nova que com ela interage. Propõe-se ainda uma reinterpretação do antigo mirante, de cariz contemporâneo, não só pela recuperação da importância que teve na paisagem urbana da margem direita mas também pela vista privilegiada que poderá proporcionar sobre o rio, a ponte e a vila, hoje impossível de fruir.

Em relação aos dois corpos anexos ao tardo, da cozinha e da sala de jantar, assume-se a sua recuperação e demolição, respectivamente. Por um lado, o valor espacial do corpo da cozinha, assim como a sua composição de alçado, justifica em pleno a sua recuperação, passando pela demolição da laje que o cerceia. Digno de nota é também o referido volume da chaminé, cujas qualidades espaciais são uma mais-valia, tanto para o conjunto como elemento urbano, como para a particular proporção do espaço da antiga cozinha, conferindo-lhe um carácter vertical assinalável (Fig. 28).

Por outro lado, a qualidade espacial e construtiva pouco assinalável do corpo da sala de jantar, associada à dissonância que provoca na leitura da Casa como elemento urbano, justifica a sua demolição. Para esta decisão contribuem ainda e não só a excessiva proximidade deste corpo às raízes do carvalho centenário que domina a paisagem circundante, cujo valor patrimonial se considera muito superior ao do anexo em si, assim como condicionantes de cariz projectual.

No que respeita aos restantes elementos, salvo omissão fortuita, é proposta a sua substituição por outros mais adequados ao bom comportamento do edifício como um todo, sejam eles contemporâneos – no caso de elementos estruturais pontuais, por exemplo – ou tradicionais – como sejam revestimentos e argamassas tradicionais à base de cal aérea.

Por um lado, esta abordagem pretende a preservação do essencial da já muito delapidada autenticidade da Casa, através da valorização de alguns elementos que mantêm a memória de períodos distintos da sua história, para além do seu valor arquitectónico intrínseco. Por outro lado, pretende-se tornar mais claros os valores espaciais cuja leitura se foi tornando cada vez mais difícil ao longo dos anos, por adição, subtracção ou substituição de elementos. Para isso, propõe-se uma “limpeza” de elementos dissonantes, expondo a estrutura espacial primitiva, sendo esta coadunada com a adição de elementos contemporâneos essenciais aos novos usos propostos para a Casa.



Fig. 27 Tecto da sala sul do piso nobre. Fotografia do autor.



Fig. 28 Vista sobre o vão parcialmente destruído da chaminé, no corpo da cozinha. Fotografia do autor.

5. A PROPOSTA

“Para o novo poder encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago já não é o mesmo.”

Peter Zumthor, 2009²⁸

Perante a análise do lugar, dos valores urbanos e patrimoniais da Casa e dos planos e estratégias que se dedicam ao estudo e salvaguarda do tecido urbano histórico de Ponte de Lima, a intervenção proposta caracteriza-se por três níveis de actuação.

Em primeiro lugar, o entendimento do papel urbano desta intervenção, a várias escalas, desde a inserção nos fluxos culturais territoriais até à articulação dos materiais usados com a paleta cromática e de texturas do casco antigo. Neste âmbito, pretendeu-se não só colmatar transformações passadas que se consideraram danosas à integridade do tecido, assim como criar novas dinâmicas urbanas através da reinterpretação de configurações, sistemas e espaços pré-existent.

Em segundo lugar, como é enunciado acima, procurou-se resolver o problema da reutilização contemporânea da Casa Grande do Além Ponte segundo uma lógica de adaptação aos usos propostos, removendo os elementos considerados prejudiciais ou impeditivos à recuperação da memória da articulação espacial. A partir desta “purga” são propostos novos usos contemporâneos que se ajustem o melhor possível não só às condições de viabilidade económica mas sobretudo às possibilidades do espaço e da tectónica da Casa. Assim, pretende-se a perpetuação da memória da Casa através do seu uso, não museológico mas sim como testemunho da sua matriz de concepção.

Por fim, a construção nova, que veio tomar um lugar cada vez mais central – a par dos problemas urbanos –, no decorrer do trabalho, é proposta como um elemento de ligação entre as questões programáticas que se puseram e a reformulação das dinâmicas urbanas. Pelo caminho tentou-se, através desta, articular os novos usos afectos á Casa com as necessidades e requisitos técnicos que a contemporaneidade impõe.

²⁸ ZUMTHOR, Peter; 2009, *Pensar a arquitectura*; Gustavo Gili, Barcelona

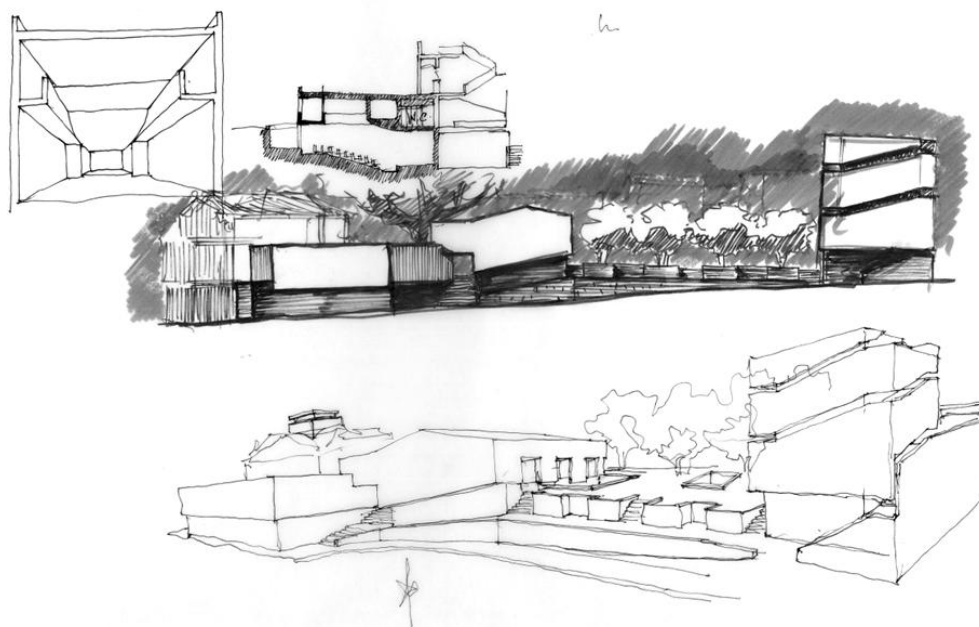
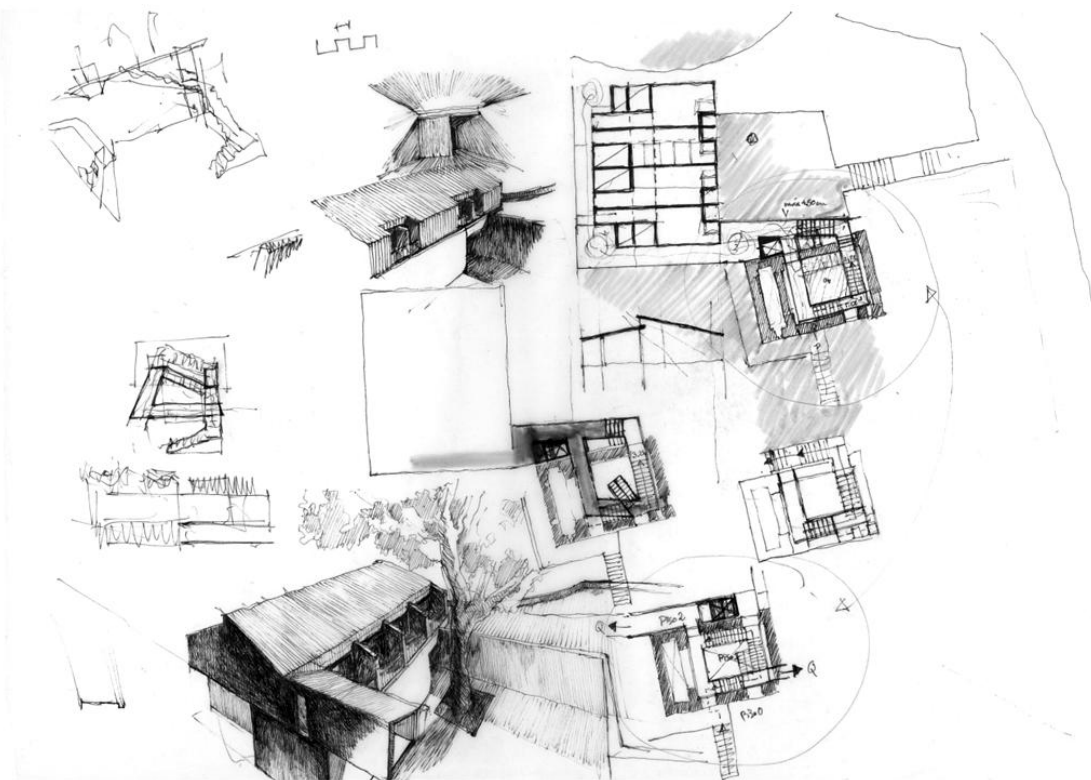


Fig. 29 Esquissos de trabalho.

5.1. A função urbana

5.1.1. O redesenho do largo

"Ao visitar o lugar, a primeira impressão que se estabeleceu foi a indefinição. Chegava, vindo da ponte, a um espaço aberto que não percebi de imediato. O alinhamento da sua abertura a Noroeste conduziu-me rapidamente para uma rua murada, onde de repente me apercebi que tinha saído do contexto urbano. Confuso, voltei para trás, e, agora olhando para a ponte, via um espaço urbano bem definido, enquadrando o arranque da ponte."

Texto do autor, 2013.

O desequilíbrio das proporções entre as frentes urbanas e as suas aberturas assumiu-se rapidamente como a causa desta confusão inicial. O largo não era mais do que um espaço sobranço à projecção desta avenida murada que o rasgava.

Já extensivamente acima descritas, o estudo das suas diversas configurações ao longo do tempo aclarou as circunstâncias que levaram à perda de coesão deste espaço, ao mesmo tempo que criava um desejo de alterar uma vez mais a sua configuração. A primeira questão que se impôs então no desenho da proposta foi a abordagem ao problema do largo.

A solução encontrada foi a quebra da relação linear exagerada que se estabelecia entre a ponte, o largo e a Rua Conde da Barca, através da criação de uma espécie de sifão visual urbano, que limita o largo e restabelece a sua leitura como antecâmara à travessia do rio. Tentou-se repor a proporção entre os cheios e vazios, clarificando o que é o espaço de permanência do largo por oposição às passagens que dele emanam.

Se, por um lado, a unidade espacial do largo se fortalece, a sua unidade visual impõe-se assim como condição a resolver. O alinhamento dos pisos, marcados pelas cimalkas e cornijas quase contínuas em todas as frentes, aliado aos materiais distintos que nessa definição são empregues conferem uma grande continuidade ao limite do espaço. Este alinhamento foi então tido em conta na definição do volume que seria parte integrante deste limite, prolongando-se as linhas das cornijas na volumetria e materialidade deste.

Esta operação, todavia, implicava uma ligação de continuidade entre a Casa e o novo volume que não era pretendida, sendo esta então interrompida no toque entre o velho e o novo. Com esta interrupção recupera-se ao mesmo tempo a configuração do primitivo acesso norte da Casa, que se faz por uma escada adossada à fachada norte. O volume proposto assume então como uma intervenção contemporânea, que, ao mesmo tempo que se solta da Casa, mantém a unidade visual do espaço do largo, redefinindo os seus limites e clarificando a sua leitura.



Fig. 30 Esquema das linhas visuais do largo e da proposta alteração de enquadramento. Esquema do autor.



Fig. 31 Fotomontagem do volume proposto. Novembro de 2013, fotografia do autor.

5.1.2. A permeabilidade na definição das dinâmicas urbanas

Como contraponto ao fecho do largo e à nova massa edificada, propõe-se uma nova lógica de apropriação do espaço do logradouro, através de uma permeabilidade que se materializa nos interstícios entre os novos volumes propostos, e entre estes e a Casa. Pretende-se assim criar uma nova lógica de atravessamentos urbanos, pontuados por espaços de permanência que se articulam com os novos usos da Casa e do conjunto.

À obstrução parcial da Rua Conde da Barca corresponde uma nova abertura, enquadrada com a antiga estrada para Valença, que comunica com o novo espaço público proposto em projecto, mediando a transição entre o carácter rural da estrada e a urbanidade do largo, através do pátio norte.

Como é acima referido, o toque entre a nova construção e a Casa permite, no seu interstício, o acesso ao interior do conjunto, restaurando a dinâmica original de acesso ao logradouro. Através da compressão do espaço da escadaria, cerceada pelas duas passagens que unem o novo volume à Casa, é feita a transição entre as escalas do largo e do pátio. Este estrangulamento da passagem afigura-se como essencial ao devido entendimento dos dois universos distintos que se pretende ligar.

O pátio norte assume-se então como um espaço de chegada, convergindo sobre si as ligações ao jardim, ao largo, à rua e ao pátio sul, organizadas entre si e em volta do carvalho centenário, razão maior da sua implantação. A configuração dos acessos ao pátio permite, pelo seu posicionamento, a convivência da circulação e do estar. Estes tipos de apropriação são demarcados tanto pela morfologia do espaço em si como pela diferenciação da escala dos pavimentos.

O pátio sul, antigo nártex da Casa, permanece consignado ao uso vestibular, sendo apenas proposta uma estrutura de cobertura verde, sob a forma de uma pérgula, rasgada ao centro, no alinhamento do portão com a escadaria de granito. Para além do ensombramento e da filtragem da vista sobre os anexos adjacentes de fraca qualidade, pretende-se promover a apropriação do espaço através da transformação da sua escala, tornando-o numa sala comum exterior onde se possa ler, conversar ou simplesmente estar. A abertura do portão para a rua confere um carácter semi público a este espaço, convidando à entrada como contraponto ao tecido denso da continuidade do arruamento.

Quanto ao jardim proposto, em projecto implantado a nascente da Casa, optou-se também pela permeabilização do limite actual da rua, seguindo todavia critérios distintos, adiante descritos.



Fig. 32 Diagrama de espaço público, segundo a configuração actual do largo. Esquema do autor.



Fig. 33 Diagrama de espaço público proposto. Esquema do autor.

5.1.3. O novo espaço público e a charneira entre rural e urbano

A implantação da nova construção em forma de S cria um enclave por ela delimitado a Nascente e a Poente. Em conjunto com o casario a Sul e a rua a Norte, esta configura um espaço público ajardinado que se assume como uma bolsa à ilhargia da rua, através da decomposição da linha do muro pré-existente.

Esta decomposição consiste no aumento da espessura deste muro, dividindo-o em dois segmentos, que dilui o seu peso visual e espacial no curso da rua, tornando permeável o seu limite. A divisão ocorre em três cotas: a cota da rua, a cota de um percurso de nível paralelo ao passeio e a cota do jardim, acessível por rampas escadadas. As três cotas distintas relacionam-se, criando situações que convidam à permanência.

Dividido em três partes, três faixas paralelas á rua, o jardim conta com duas zonas de arborização e uma zona central de espaço relvado e de passagem, com vegetação de menor porte. Na faixa mais próxima da rua propõe-se a plantação de quatro cameleiras²⁹, em caldeira, cujas copas maciças e perenes não só marcam a definição do plano do jardim, como filtro, mas também configuram e dão escala aos pequenos espaços de estar desenhados nas caldeiras em si.

No que toca à faixa Sul, paralela ao tardo do casario, propõe-se uma massa arbórea heterogénea, composta por árvores de folha tanto caduca como perene, com formas e volumes diferentes. Esta heterogeneidade permite um filtro permanente entre o espaço público e o casario, que funciona não só como uma barreira de privacidade mas também como elemento unificador das dissonâncias dos vários anexos e acrescentos de fraca qualidade que pontuam o tecido urbano.

Esta mancha propõe-se composta por plátanos-bastardos³⁰, azevinhos³¹, adernos³² de folha larga, choupos negros³³ e tangerineiras³⁴. Talvez com a excepção das tangerineiras, usadas aqui como primeiro nível permanente de filtro visual, pretende-se utilizar uma mistura de espécies autóctones, características da paisagem minhota. Ao mesmo tempo, as diferentes volumetrias, estruturas e propriedades cromáticas e olfactivas das espécies propostas valorizam o enquadramento paisagístico do espaço do jardim. Por entre esta mancha verde serpenteia ainda um percurso que liga o pátio sul ao jardim, pontuado por pequenas clareiras.

Com este tratamento do espaço público pretende-se não só a valorização da Rua Conde da Barca mas também a integração do jardim privado que espreita por detrás do muro, a Norte. Não opondo uma frente marcadamente urbana ao muro, este passa a ser um pano de fundo para o jardim, a cuja diversidade e “ruído” contrapõe o seu silêncio. O projecto tenta, com isto, aceitar a presença rural no lugar, através do uso da “natureza construída”, rematando ao mesmo tempo o fim da urbanidade com a torre proposta, abaixo referida, que enquadra o jardim como elemento de transição.

²⁹ *Camellia japonica* L.

³⁰ *Acer pseudoplatanus* L.

³¹ *Ilex aquifolium* L.

³² *Phillyrea latifolia* L.

³³ *Populus nigra* L.

³⁴ *Citrus deliciosa* L.



Fig. 34 O carácter actual da Rua Conde da Barca, entre muros. Fotografia do autor.



Fig. 35 Fotomontagem, que, apesar de não reflectir o estado actual do projecto, ilustra o efeito descrito acima. Novembro de 2013.

5.2. A Casa

5.2.1. Os novos usos na estrutura espacial da Casa

Perante as considerações já formuladas acerca dos critérios subjacentes à intervenção na Casa, o projecto tentou materializar estes critérios numa intervenção que valorizasse a estrutura espacial da casa, assim como os elementos que da sua história edificada são testemunhos.

As operações de demolição de elementos prejudiciais à leitura do espaço como um todo incidiram sobretudo sobre adições recentes. Destas, a maioria identifica-se com elementos parietais de compartimentação, cuja presença se torna hostil no contexto do novo programa de usos.

No que toca às operações de adição de elementos, a sua escolha foi ponderada, tendo sido reduzidas ao mínimo possível, sobretudo nos dois primeiros pisos. Quanto ao terceiro piso, o projecto toma uma maior liberdade, sendo mais profusa a adição de novos elementos, nomeadamente a reposição do mirante. Esta decisão é justificada pela própria estrutura espacial e constitutiva do piso, que, ao contrário dos dois pisos inferiores, apresenta uma planta livre, condicionada apenas por duas paredes portantes que o atravessam transversalmente, assim como pelas fachadas poente e nascente.

O novo programa de usos propõe uma afectação funcional dividida por pisos. No piso térreo propõe-se um programa variado, cuja característica comum recai sobre a sua natureza pública. Estes consistem na implantação de um Gabinete de Centro Histórico, e na constituição de uma pequena unidade de comércio, que se propõe funcionarem em conjugação com o centro de saberes tradicionais. Ao mesmo tempo, é através do piso térreo da Casa que se fazem os acessos tanto ao centro cultural proposto para o piso nobre como ao centro de saberes tradicionais.

O piso nobre é afecto ao centro cultural, abaixo descrito, excepto no que se refere ao volume da cozinha, que funciona como recepção e núcleo de acessos verticais do hostel. Este ocupa o terceiro piso da Casa, assim como parte da construção nova.

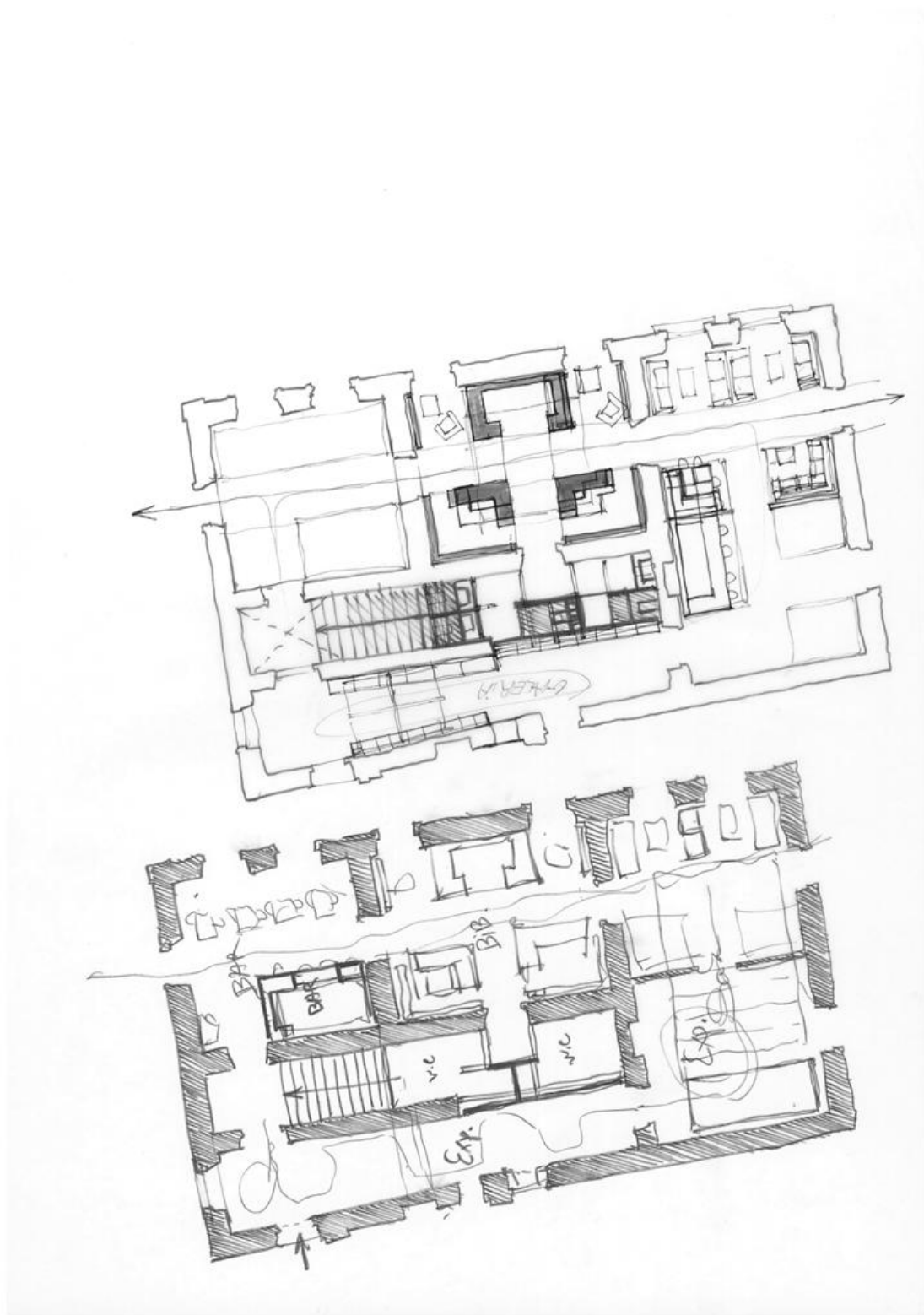


Fig. 36 Estudos de apropriação dos espaços da Casa.

5.2.2. O centro cultural

Apresenta-se como exemplo um tipo peculiar de apropriação de edifícios antigos, comum em Buenos Aires, da qual se propõe em projecto uma analogia. Este consiste em intervenções mínimas sobre o objecto a reabilitar, favorecendo as intervenções pontuais de cariz plástico em detrimento de transformações profundas na configuração arquitectónica.

Exemplo paradigmático deste tipo de apropriação é o Club Cultural Matienzo, inserido numa antiga casa colonial de três pisos, com uma área total de cerca de 220 metros quadrados³⁵. Aqui funcionam um espaço principal afecto a concertos, leitura de poesia e refeições, uma pequena cozinha, uma biblioteca livre, uma sala de cinema, um estúdio de rádio e uma galeria de arte. Neste caso, procedeu-se à instalação de infra-estruturas e pinturas murais, a cargo de diversos artistas plásticos, que conferem aos espaços um ambiente informal.

A heterogeneidade de usos potencia uma apropriação em si também heterogénea, factor essencial para a garantia da ocupação do espaço. Por entre as salas, corredores e varandas deste centro cultural é comum coabitarem não só actividades muito diferentes mas também gerações distintas. Desde os jovens que à noite se amontoam para ouvir um concerto de um amigo que toca guitarra, aos escritores sexagenários que vagueiam pelas salas forradas a livros e pequenos objectos artísticos pela tarde, sem a necessidade de uma grande intervenção sobre o edifício em si é conseguida a sua vivência quase contínua.

O espaço cultural que se propõe em projecto consiste numa apropriação flexível e informal do piso nobre da Casa. Esta abordagem tem como objectivo o uso espontâneo dos espaços, como biblioteca, galeria de arte, espaço de divulgação ou lugar de convívio, potenciada pela instalação de infra-estruturas de apoio aos diversos usos previstos, garantindo, todavia, liberdade na definição destes.

Para além das referidas reposições de sistemas de pavimentos tradicionais e revestimentos, o único elemento fixo proposto consiste no núcleo de sanitários. Este, situado na zona central do piso, assegura a circulação contínua ao longo das salas, reconfigurando, ao mesmo tempo, o espaço adjacente à escadaria, que se transforma num corredor largo. Neste corredor instala-se uma pequena biblioteca com componente de troca de livros, que complementa a fruição dos espaços de estar.

As salas a sul destinam-se a concertos, sessões de leitura e outros eventos, comunicando tanto com a biblioteca como com as salas de convívio e exposição. Nestas, a intervenção proposta é mínima, consistindo apenas no desenho de um novo tecto, que contém em si as infra-estruturas necessárias ao funcionamento do espaço. Pretende-se ainda que haja uma articulação entre a produção do pólo de saberes tradicionais e a sua divulgação, tanto na unidade comercial do piso térreo como no próprio centro cultural.³⁶

³⁵ Localizado em Palermo, Buenos Aires. Informação disponível em ccmatienzo.com.ar.

³⁶ É fundamental que a intervenção na Casa a transforme em espaço vivido, por oposição a espaço museográfico, sendo esta vivência potenciada por um apropriar quase doméstico dos espaços. Ao mesmo tempo, a Casa torna-se o espaço de divulgação e exposição dos objectos produzidos no pólo adjacente, adequando-se a sua escala de apropriação ao carácter da produção.



Fig. 37 Buenos Aires - Club Cultural Matienzo. A intervenção no espaço dedicado a concertos, limitada à infra-estruturação necessária e a intervenções artísticas nas paredes. Fonte: ccmatienzo.com.ar .



Fig. 38 Buenos Aires - Club Cultural Matienzo. A apropriação do espaço acima ilustrado. Autor desconhecido.

5.2.3. O mirante e o hostel

No que se refere ao terceiro piso, propõe-se um programa de hotelaria, de pequena escala, associando o projecto do Hotel Além da Ponte, acima referido, ao intuito de preservar a função original da Casa, ainda que como habitação temporária. A pequena escala da área de intervenção, assim como o carácter do conjunto do programa, justificam a escolha de um tipo de alojamento mais próximo do *hostel* do que do hotel.

Este organiza-se em redor do núcleo de acessos proposto para o volume da cozinha, composto por uma peça contemporânea que inclui ascensor e escada, ligando a zona de recepção, ao nível do segundo piso, com a zona de quartos, no terceiro piso³⁷. Esta peça destaca-se das paredes do volume, tentando preservar a leitura do espaço, marcadamente vertical.

Os quartos dividem-se entre a Casa e a construção nova, contendo a primeira apenas três, situados aos cantos do edifício, com a excepção do canto noroeste. Esta decisão recaiu sobre o aproveitamento dos pequenos terraços que se formam da intersecção da planta em cruz da cobertura com a forma rectangular da Casa. Os terraços, em conjunto com o espaço formado pelas platibandas altas da fachada e as paredes portantes transversais, permitem não só a sua fruição pelos hóspedes, como também a inclusão de uma pequena casa de banho em cada unidade de quarto.

Para mais, a sua localização periférica permite o aproveitamento do espaço central como uma grande sala comum, valorizada pela vista sobre o rio e a ponte que os três vãos centrais enquadram. Configurado pelas duas paredes portantes transversais e pelas fachadas, coincide portanto com este espaço o vão central da estrutura de madeira da cobertura, proporcionando assim a elevação do pé direito e consequente hierarquização dos espaços.

Elemento central neste novo espaço comum, propõe-se uma reinterpretação do antigo mirante oitocentista que coroa a Casa. Esta nova construção, de cariz contemporâneo, é apoiada na estrutura de madeira da cobertura, assumindo a forma de um volume quadrangular, centrado na intersecção das cumeeiras. Pretende-se, com esta reposição, recuperar a vista, hoje impossível de fruir, que abarca não só a vila, mas também a paisagem do vale.

Propõe-se que a comunicação entre este volume e a sala comum seja feita através de escada quadrangular, com vários lances, que, para além da sua função intrínseca, terá também um papel relevante na organização do espaço da sala, dividindo-o, visualmente, como um filtro. Através da inclusão na sua estrutura de dispositivo que incorpore estantes e arrumos, pretende-se que nesta peça se conjuguem o máximo de funções, libertando o restante espaço como zona de estar.

No canto noroeste da Casa é subtraída a área de pavimento correspondente, em projecção no plano horizontal, ao patim da escadaria, mantendo a ligação deste à abóbada em cruz. Cria-se assim um vazio sobre a escadaria que liga os dois pisos inferiores entre si, que ao mesmo tempo que mantém o grande pé direito do patim abaixo, ajuda a configurar e a qualificar o espaço de chegada do percurso perimetral ao pátio norte, adiante tratado.

³⁷ Ainda que se proponham duas camaratas no segundo piso, com acessos de nível a partir do pátio norte e da recepção.

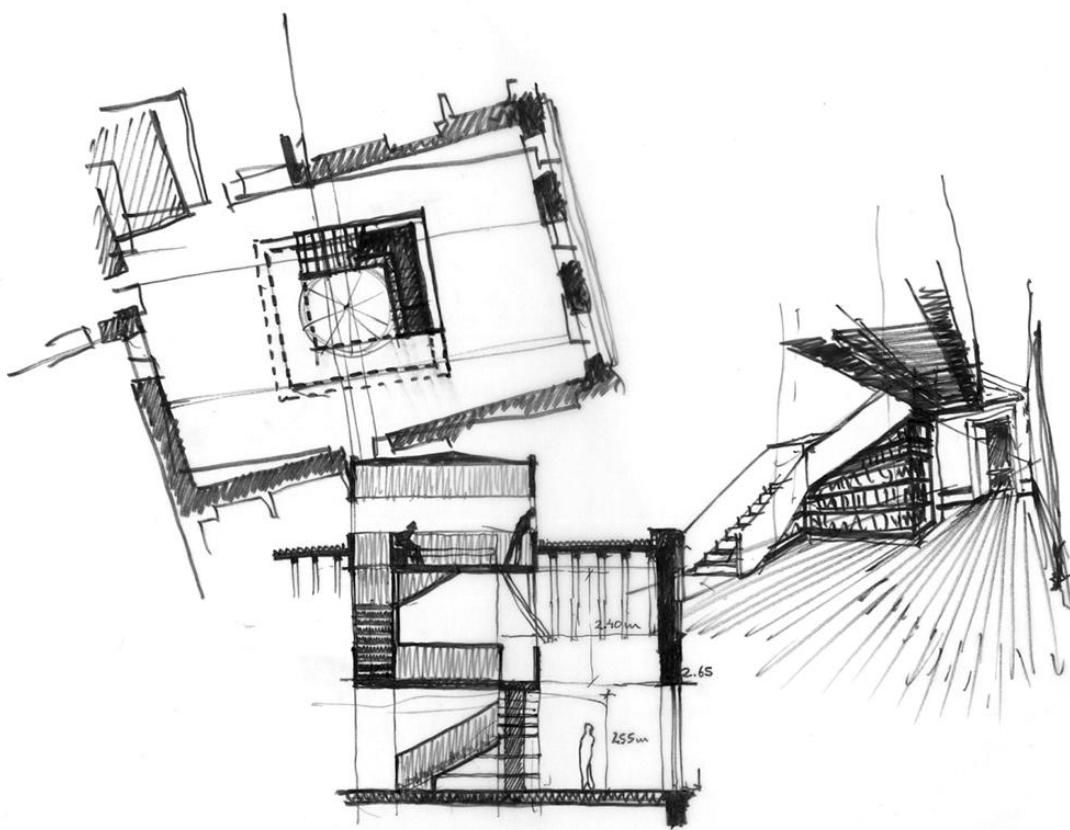


Fig. 39 Estudos para a concepção do mirante.

5.3. A construção nova

5.3.1. A reinterpretação das lógicas tradicionais

No desenho da nova construção proposta em projecto, foram tidas em conta não só a morfologia urbana, relacionada com os atravessamentos e a permeabilidade do conjunto, assim como uma reinterpretação das lógicas constitutivas tradicionais que estão na origem do tecido urbano no qual se insere a proposta.

Neste sentido, foi adoptado um esquema de concepção dos novos volumes dividido em três níveis. Estes reflectem a maneira de construir tradicional desta região, reinterpretando-a num contexto contemporâneo. O primeiro nível corresponde aos embasamentos dos edifícios, geralmente de proporções mais baixas e largas. Pretende-se que este assuma na nova construção, um carácter lítico, quase como se da própria terra houvesse sido talhado.

O segundo nível corresponde aos pisos em elevação, geralmente caiados, que perfazem a maioria da paisagem urbana da região, que será assumido, em projecto, como uma massa, assente no embasamento, mas que a este não se confina, sendo trabalhada por subtracção.

Ao terceiro nível correspondem as águas furtadas, acrescentos e anexos que muitas das vezes caracterizam as construções minhotas. Estes, de carácter mais leve e efémero, são muitas vezes erguidos com recurso a materiais leves, como a madeira ou o zinco. Em projecto procurou-se reapropriar este carácter de assemblagem, propondo-se um volume de construção leve que rodeia o pátio norte e complementa o programa do hostel.

Esta reinterpretação aborda ainda a estrutura espacial da Casa, cuja articulação com os novos espaços é feita de modo a não quebrar os alinhamentos visuais que a atravessam. Para mais, tenta-se reproduzir a sensação de massa que as antigas paredes de alvenaria transmitem, através de dispositivos que permitam uma leitura análoga, sem comprometer, todavia, o funcionamento e as lógicas construtivas dos espaços.

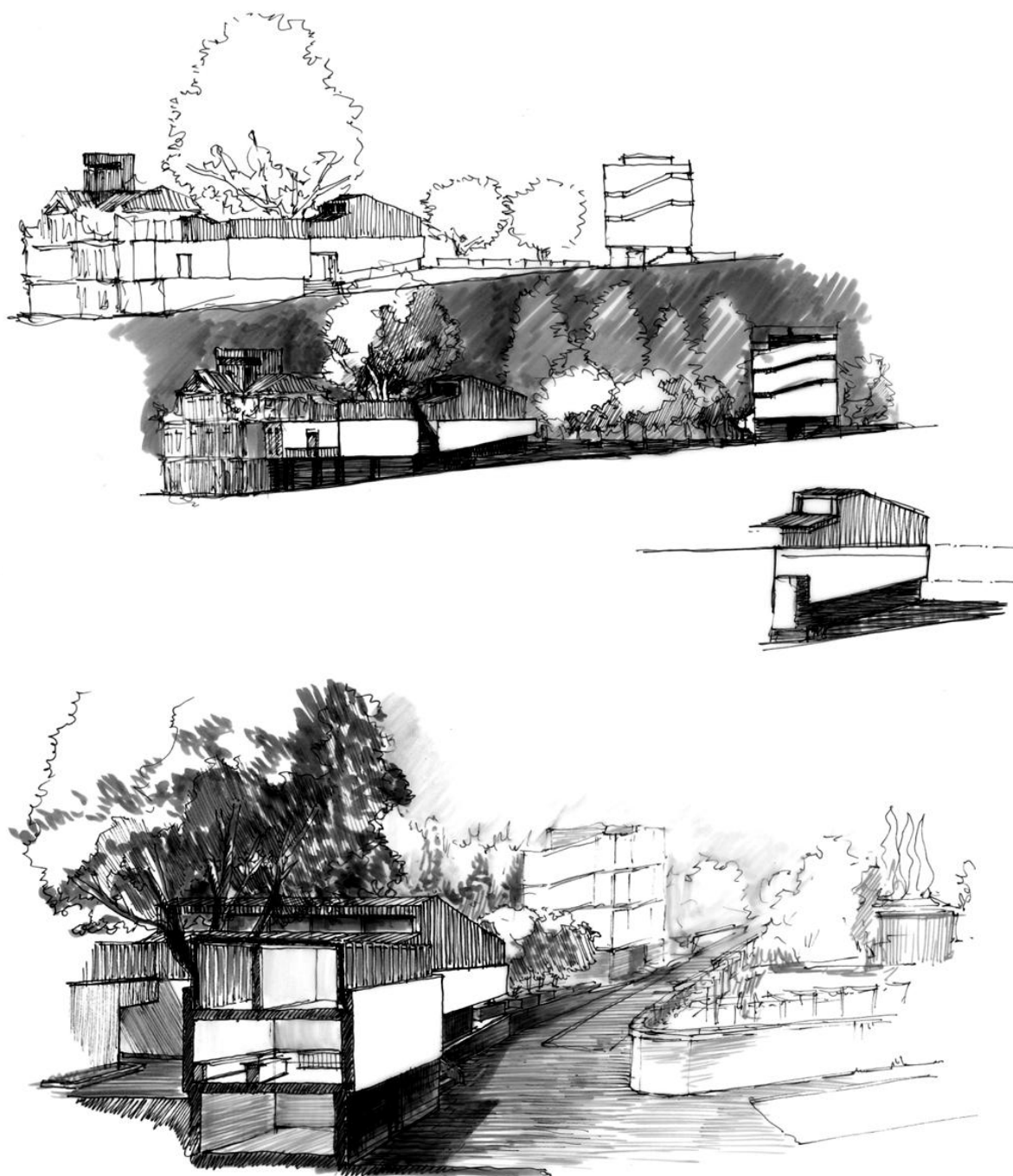


Fig. 40 Estudos sobre a materialização da proposta, segundo reinterpretação de lógicas tradicionais. Os três níveis propostos.

5.3.2. O hostel

A implantação do programa do *hostel* dependia, na proposta, não só da relação que se poderia estabelecer entre os quartos e a vista sobre o rio, mas também da sua orientação e distribuição. Fez-se uso de duas tipologias principais; em primeiro lugar, o quarto de casal com casa de banho privativa, já tendo sido descritos as três unidades implantadas na Casa. Em segundo lugar a tipologia de camarata, com capacidade para quatro hóspedes, situada ao nível do pátio.

A primeira prende-se com um uso tradicional, tendo todas as sete unidades uma área similar, apesar da configuração ser distinta ente as unidades da Casa e as que se implantam em construção nova. Todas as unidades contam com uma varanda, zona de estar e casa de banho.

No que se refere à nova construção, porém, os quartos contam ainda com um pequeno *mezzanine*, acessível por escada que funciona como estante e arrumos. A configuração destas unidades é simples, organizando-se perpendicularmente à fachada, em banda, situando-se por baixo do *mezzanine* as zonas de casa de banho e bengaleiro.

A razão de ser deste meio piso nos quartos advém da vontade de lhes proporcionar luz de nascente, que é conseguida através do prolongamento de uma das águas da cobertura sobre a outra, criando um pequeno espaço de contemplação que olha sobre a galeria de distribuição e até ao rio. Valoriza-se também, neste processo, a riqueza espacial dos quartos, criando uma dinâmica de pés-direitos distintos, marcando funcional e perceptivamente as diferentes áreas.

A segunda tipologia, que se traduz nas duas unidades situadas ao nível do pátio norte, é ligeiramente diferente, contando com uma maior área de serviços, mais adequada à sua tipologia de camarata. A decisão de criar dois quartos virados a poente, sem aberturas a nascente e em contacto quase directo com o pátio semi-público, adveio da hipótese de conjugar o programa de hostel com o pólo de formação. Esta conjugação traduz-se na hipótese de alojar técnicos ou formandos durante eventuais cursos ou programas orientados pelo pólo³⁸.

A circulação faz-se em redor do pátio norte, circundando o carvalho que lhe deu forma, através de uma galeria semi-opaca que permite pontualmente o acesso à vista, tanto para o rio como para a serra, a norte. Anexo a esta galeria propõe-se ainda um volume destinado ao serviço de pequenos-almoços, com uma sala interior e ligação à cobertura com vista sobre o largo e a ponte. Parte deste volume é afecto a zonas técnicas correspondentes à cozinha do restaurante situado no piso inferior.

Este restaurante, que funciona como prolongamento do centro cultural da Casa, conta com uma sala de refeições e um bar, ao nível do pátio, e um terraço sobre o largo. Contiguamente funciona ainda a cozinha, nas suas componentes de confecção e lavagem, sendo a preparação e armazenamento confinados ao piso térreo, com comunicação directa com exterior.

³⁸ Em todo o caso, estas unidades poderiam oferecer acomodação a um preço mais modesto, destinada a jovens, em complemento ao Albergue de Peregrinos de Santiago, por exemplo, que se situa no largo, a poucos passos da área de intervenção.

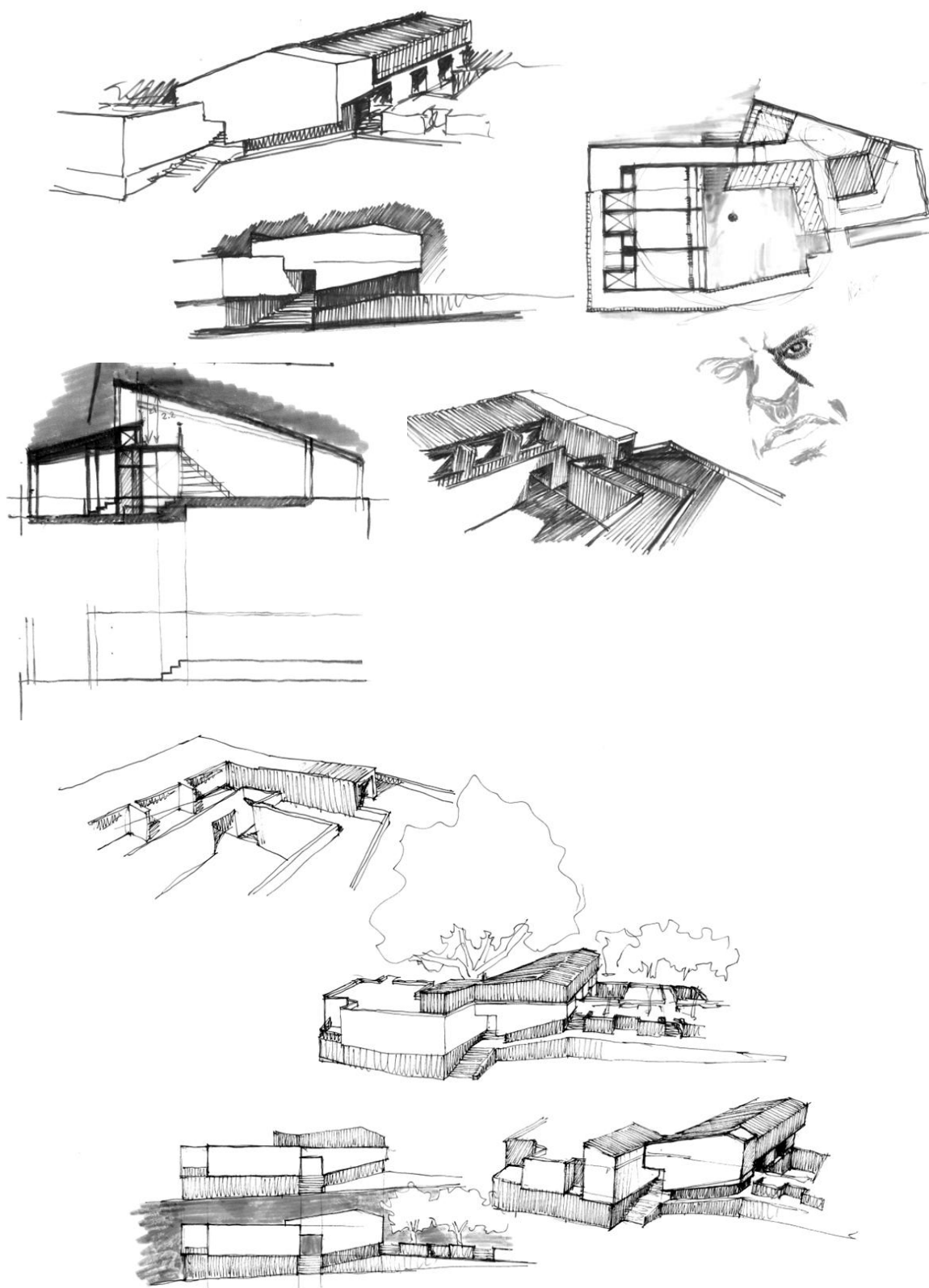


Fig. 41 Estudos sobre a composição do volume do hostel e a configuração espacial dos quartos.

5.3.3. O pólo de formação

Perante a intenção de perpetuar a cultura de saberes e ofícios tradicionais que ainda perdura na região, propõe-se uma estrutura de sustento da sua prática, não excluindo as componentes de formação e de divulgação. Este pólo implanta-se, em projecto, a nascente da Casa, situando-se sob o jardim proposto.

Todavia, a sua cota corresponde genericamente à cota de soleira da Casa, o que permite o acesso de nível através desta. É composto por um volume rectangular que une o núcleo de construção, a nascente, à torre e auditório, a poente. A decisão de enterrar este volume adveio não só dos requisitos de afastamento que o casario adjacente requer, por razões de salubridade, mas também da necessidade de expansão do espaço do jardim, que se prolonga sobre o volume. Esta decisão – tomada inicialmente com vista a evitar a segregação do interstício que seria formado entre o volume e as casas – confere ao espaço das oficinas uma atmosfera de carácter mais poético, através do contacto com a “terra”.

Os acessos ao pólo são efectuados tanto de nível, como é referido, como através de escadas e ascensores, situados nos dois extremos do pólo. Houve ainda a preocupação, no desenho das circulações, de criar caminhos alternativos de evacuação, em caso de emergência, tendo em conta o programa proposto. A sua organização é simples, sendo feita através de duas galerias principais, correspondentes aos lados maiores do rectângulo. A galeria norte é linear e exterior às oficinas que compõem o pólo, enquanto a galeria sul é sinuosa e liga as oficinas entre si.

As oficinas têm um desenho simples, contando com uma área de arrumos e armazenamento de ferramentas, zona de disposição de lixo, dois gabinetes, vestiários e sanitários. São ventiladas e iluminadas através de dois pátios principais que comunicam com o jardim que se desenvolve sobre as coberturas das oficinas.³⁹

Estes pátios permitem, mais do que a ventilação e iluminação dos espaços de trabalho, a possibilidade de estes se expandirem para o exterior. Esta intenção surge da possibilidade de estabelecer uma relação visual, como forma de divulgação, entre quem desfruta do jardim e quem usufrui das oficinas.

Para além destes existem ainda outros três pátios, de menores dimensões, que asseguram a iluminação natural e ventilação a áreas de trabalho. No extremo poente do volume encontra-se implantada, uma oficina polivalente de maiores dimensões. Todavia, o extremo norte do volume é parcialmente afecto às instalações sanitárias correspondentes ao auditório.

Quanto à lógica construtiva, este volume insere-se no “primeiro nível” já referido, propondo-se um carácter lítico que à sua situação enterrada e à sua função se adequa, não só em questões técnicas mas também de enquadramento paisagístico no jardim.

³⁹ Área correspondente à zona relevada anteriormente referida.

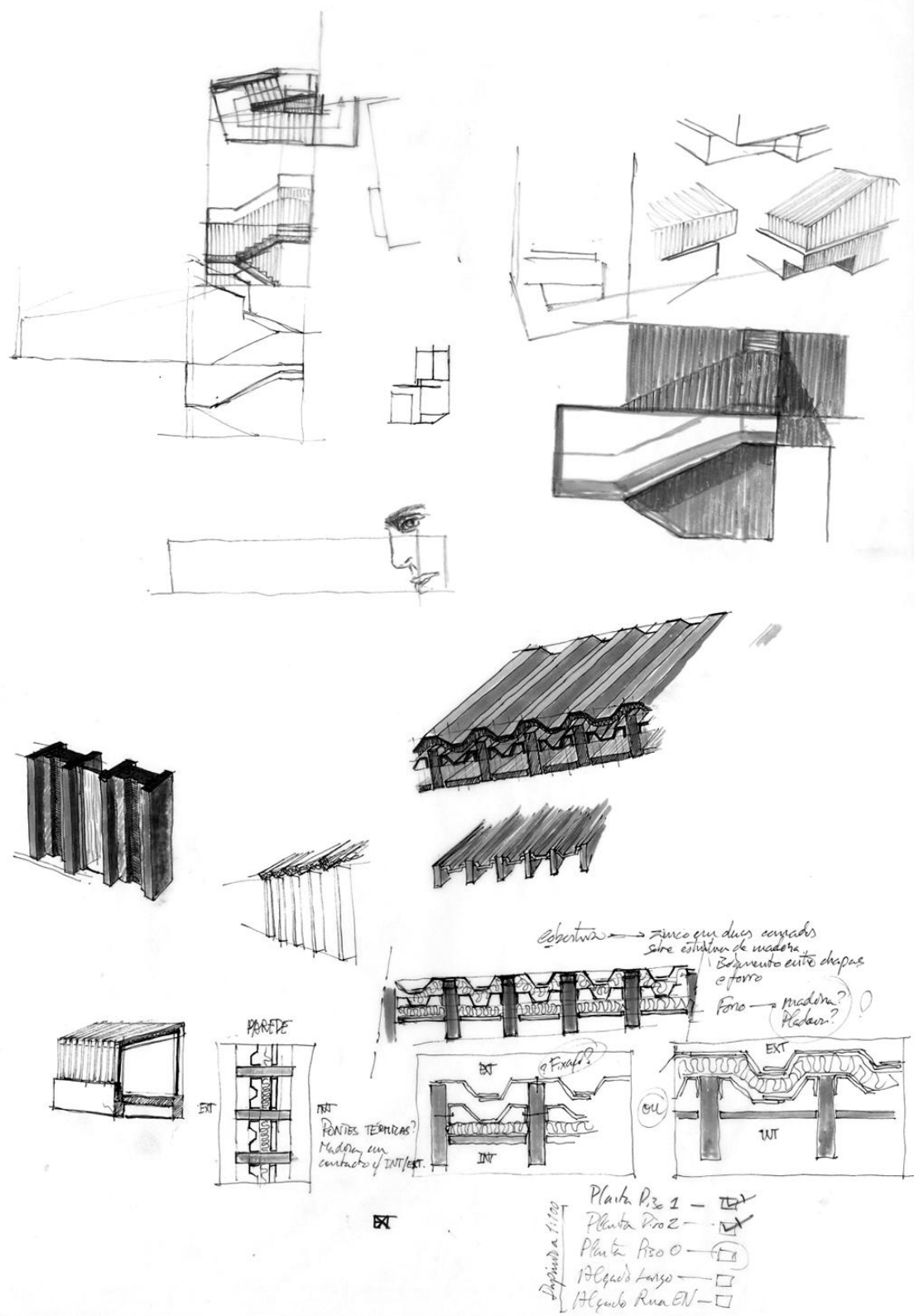


Fig. 42 Estudos acerca da materialidade da proposta.

5.3.4. A torre

Como elemento simbólico de remate do tecido urbano propõe-se o desenho de uma torre, implantada no extremo poente da área de intervenção. Esta, mais do que recuperar a memória das torres medievais demolidas no decorrer dos séculos, propõe-se como elemento de charneira entre o mundo rural e o mundo urbano que no lugar de intervenção se encontram. A implantação, assim como a proporção, fazem deste volume uma marca no território, como elemento que, enquadrado na paisagem, simboliza a transição entre o rural e o urbano.

A função prende-se ainda com a contemplação da paisagem, oferecendo uma vista privilegiada sobre o rio, a vila e toda a planície aluvial. O acesso ao ponto mais alto é feito através de uma rampa escadada que arranca no jardim e sobe em espiral em seu redor, assumindo-se as suas guardas como uma segunda pele do volume. Estas são abertas apenas segundo uma fresta corrida, paralela ao curso da rampa, que enquadra permanentemente a paisagem ao longo da subida.

Pretende-se que a vista seja contínua, reinterpretando os percursos de chegada aos antigos santuários de montanha, tão comuns na região⁴⁰. Isto permite valorizar a chegada ao topo da torre, momento em que é possível a vista desimpedida sobre toda a paisagem do vale.

No cume abre-se uma clarabóia que ilumina o espaço interior da torre, em redor do qual circula uma segunda escada, que interliga plataformas apropriáveis pelos visitantes, como lugar onde tomar um café ou onde descansar da subida. Todavia, é mantido livre o espaço central, que se afirma como um vazio vertical que atravessa todo o volume, conferindo um carácter forte e único ao espaço do piso térreo.

O embasamento da torre, que se prolonga para sul, intersecta o volume do pólo de formação, partilhando com este o acesso ao auditório. Este, desenvolvendo-se perpendicularmente á rua, encontra-se implantado sobre a maior oficina do pólo, já referida, ao mesmo tempo que na cobertura se encontra a esplanada que serve a torre. Contando com caixa de palco e bastidores, o auditório propõe-se funcionar não só em conjunto com o pólo de formação, como sala de conferências, mas também como unidade independente, consoante as necessidades funcionais tanto do pólo como da vila.

Pretende-se que o núcleo interior tenha um carácter pétreo, evocando a austeridade das torres perdidas, ao mesmo tempo que a rampa, a sua segunda pele, se propõe como um elemento mais leve, que potencie a integração da sua presença por entre o coberto verde, a serra e o nevoeiro limiano.

⁴⁰ Por exemplo o santuário de Santo Ovídeo, elemento marcante da paisagem do lugar de intervenção.

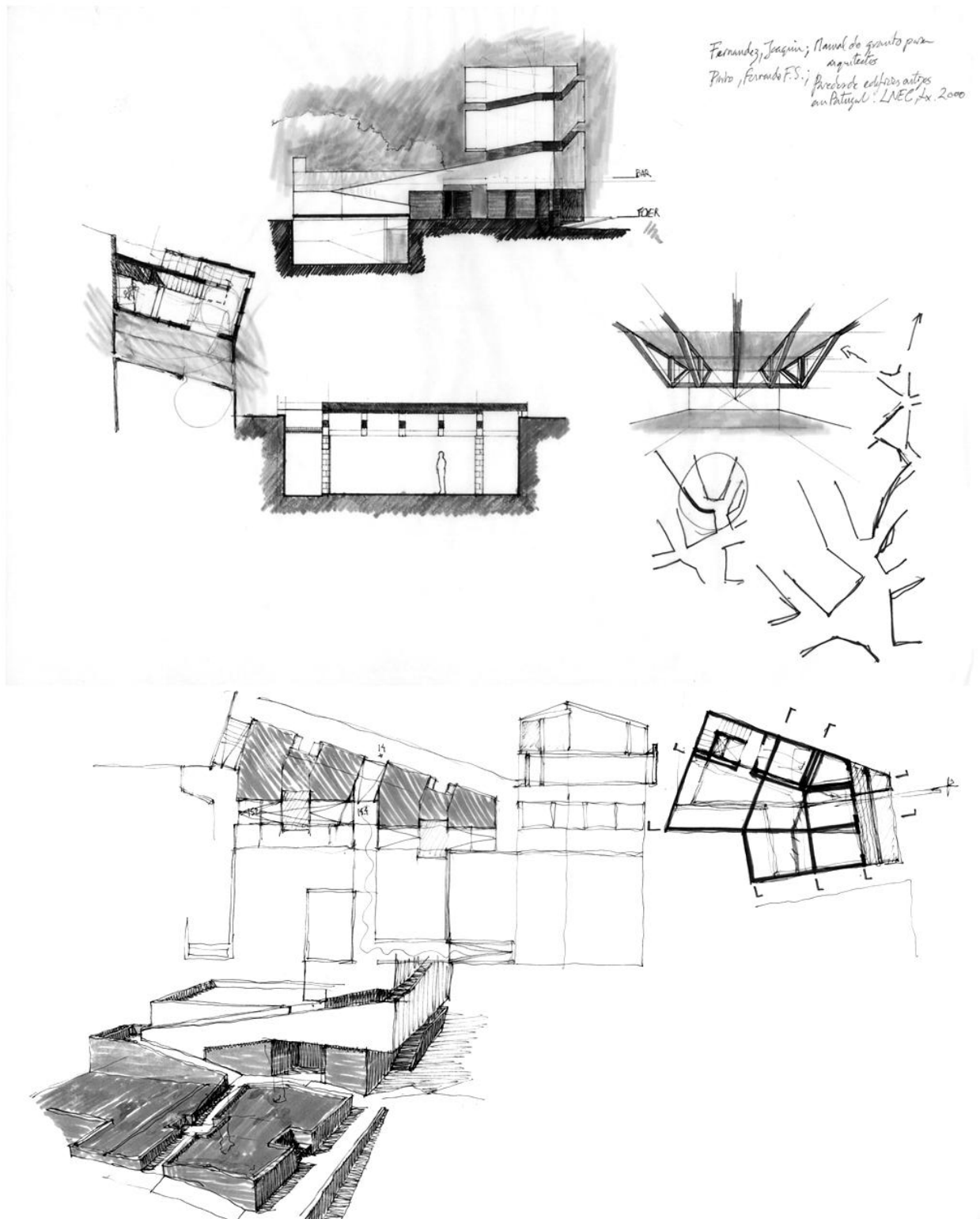


Fig. 43 Estudos sobre a ligação do percurso da torre com o jardim.

6. CONCLUSÃO

Da análise histórica – territorial, urbana e local – surge o entendimento de um lugar que contém e é contido numa cultura profunda e heterogénea. Desde a implantação romana, aos tecidos apertados e sinuosos da idade média, às avenidas do século XX, a sedimentação das marcas de cada época sobre o território definem o lugar de Além Ponte, cuja existência, desenvolvimento, e carácter se ligam intimamente com a ponte.

Esta análise revelou-se fulcral para a compreensão do contexto em que se inseriria a proposta, revelando as conjunturas culturais e sociais que, ao longo dos séculos, conduziram à configuração actual do lugar. Para além do seu interesse intrínseco, a descodificação dos diferentes momentos da evolução do território permitiu uma maior clareza à proposta. Isto é, a evidência concreta de cada momento no tecido urbano, como resultado directo de um plano ou como evolução orgânica, torna clara a "reacção" do tecido a esses mesmos momentos.

Neste sentido, trabalhando em processo inverso, o que se propõe em projecto é a reacção do lugar a uma nova ideia, de fecho e de limite. A intervenção, ainda que se assuma com um carácter contemporâneo e despojado de ornamento, recupera antigas lógicas urbanas, hoje desaparecidas, que se consideraram benéficas à clara leitura e apropriação dos espaços públicos. Esta dá-se então no fecho espacial do largo, vincando a sua identidade como antecâmara da ponte, recuperando as proporções que o caracterizavam até ao século XX. Tomou-se como valor patrimonial a coesão do largo como espaço urbano, como lugar simbólico de chegada à "outra margem", distribuindo os fluxos na transição para o mundo rural.

A este fecho corresponde, por antítese, a abertura de um novo espaço público, o jardim, que se revela permeável e ritmado, por oposição ao silêncio dos muros que o confrontam. Este conjunto faz a charneira entre dois tecidos, rural e urbano, marcando a sua divisão com a implantação da torre, recuperando o símbolo, perdido no século XIX, do fim da vila.

Do estudo da Casa Grande, como facto arquitectónico e urbano, emana não só a importância de que se reveste no tecido da vila, mas também a perda de identidade a que muitas vezes são submetidos os objectos patrimoniais, por falta de preservação dos seus valores. Estes valores prendem-se não só com as qualidades plásticas e tectónicas dos edifícios, mas sobretudo com as suas configurações espaciais, testemunhos passados de outras maneiras de habitar. A sua preservação passa por uma reutilização criteriosa dos espaços, adaptando-o às realidades de um tempo que já não é seu.

Da Casa Grande mantiveram-se, e, em alguns casos, repuseram-se, os espaços primitivos, respeitando tanto quanto possível a organização e dinâmicas espaciais. Dos salões comunicantes dos dois primeiros pisos à estrutura mais leve do segundo andar, tentou-se estabelecer uma concordância entre os usos propostos e a lógica constitutiva e de articulação dos espaços. Nos primeiros, a inexistência de espaços de circulação *per se*, potencia uma continuidade modular do espaço, marcada por pequenos hiatos de transição, adequa-se à vivência informal de uma "casa pública" de cariz cultural. Quanto ao segundo andar, de constituição distinta, as paredes portantes que o dividem são tomadas como limite das áreas privadas, criando entre si um espaço comum de escala distinta, revelando a leveza da estrutura de madeira dos telhados.

A construção nova, por outro lado, faz a transição entre os espaços oitocentistas da Casa e a contemporaneidade, reinterpretando as lógicas espaciais e concentrando em si todas as funções cujos requisitos técnicos e espaciais estão para além das capacidades das pré-existências. Divididos em três níveis, os edifícios propostos reinterpretem as maneiras de construir da região, mantendo todavia a sua linguagem própria. Nos seus intervalos nascem passagens, criadoras de novos fluxos urbanos, ligando o largo aos pátios, os pátios ao jardim e este à torre.

A partir da proposta programática, dividida entre a Casa e os novos volumes, pretende-se não só a viabilização económica do conjunto mas também, e sobretudo, a criação de uma infra-estrutura para a perpetuação dos saberes, técnicas e ofícios tradicionais, da cultura local indissociáveis. Esta é conseguida através do pólo de formação e produção, em articulação com os espaços culturais, afectos à sua divulgação. Em paralelo, a natureza do *hostel* permite ao binómio produção/divulgação uma maior exposição turística, centrada nos fluxos territoriais que neste lugar convergem.

Em suma, pretende-se acrescentar um novo estrato à complexa sobreposição da qual o lugar é hoje o resultado, inserindo-o num contexto tanto de perpetuação e divulgação da cultura local, assim como de viabilização económica e social, colmatando deficiências programáticas do tecido da vila, através da reabilitação de um objecto patrimonial de grande interesse, inserida num redesenho do lugar construído que ocupa.

7. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, J., PAIVA, J. V., & PINHO, A. (2006). *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. Lisboa: INH, LNEC.

ALARCÃO, J. (1987). *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

Arquitectos, S. N. (1961). *Arquitectura Popular em Portugal* (2.^a Edição: Associação dos Arquitectos Portugueses ed.). Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.

AURORA, C. d. (1929). *Roteiro da Ribeira Lima*. Ponte de Lima.

AZEVEDO, C. d. (1969). *Solares Portugueses* (1988 ed.). Mem-Martins: Livros Horizonte.

CALDEIRA CABRAL, F., & RIBEIRO TELLES, G. (1999). *A Árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Câmara Municipal de Ponte de Lima. (2011). *Ponte do Lima, uma vila a proteger e a reabilitar*. Ponte de Lima: C.M. de Ponte de Lima.

CHOAY, F. (1982). *Alegoria do Património* (2013 ed.). Lisboa: Edições 70.

DGPU. (1984). *Ponte do Lima, Estudo de Preservação e Renovação Urbana*. Lisboa: Ministério do Equipamento Social.

FERNANDES, F., & CANNATÀ, M. (2009). *Territórios Reabilitados / Revamped Landscape*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FERREIRA DE ALMEIDA, C. A. (1987). *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença.

HERZTBERGER, H. (2005). *Lessons for students in architecture*. Roterdão: 010 Publishers.

MATTOSO, J. (1993). *História de Portugal* (Vol. Sétimo Volume). Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, J. (1993). *História de Portugal* (Vol. Segundo Volume). Lisboa: Editorial Estampa.

PINHO LEAL, A. (1876). *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia.

PIRES DE OLIVEIRA, E. (1985). *Imagens do Minho Oitocentista*. Braga: CCDTSSS.

PORTAS, N. (1969). *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.

ZUMTHOR, P. (2009). *Pensar a Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.

FONTES DA INTERNET

viasromanas.zxq.net

arquitecturaepontedelima.blogspot.pt

modus-optimus.blogspot.pt

ccmatienzo.com.ar